Demonstrações Financeiras

Magazine Luiza S.A.

31 de dezembro de 2013 e 2012 com Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	
Demonstrações do resultado abrangente	
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Condomínio São Luiz Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830 Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi 04543-900 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (5511) 2573-3000 ev com br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do **Magazine Luiza S.A.** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso do Magazine Luiza S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.26, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes aos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência da mudança de prática contábil descrita na nota explicativa 2.26, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado em 21 de fevereiro de 2014, que não conteve qualquer modificação.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Rubio Contador CRC-1SP223361/O-2 Patricia Nakano Ferreira Contadora CRC-1SP234620/O-4

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota		Controladora			Consolidado	
	explicativa	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
	-					(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3.1	278.006	404.143	150.980	280.306	418.879	169.282
Títulos e valores mobiliários	3.2	477.210	126.385	26.876	491.288	126.385	26.876
Contas a receber	4	529.922	486.474	436.326	530.620	486.474	498.978
Estoques	5	1.247.205	1.068.762	1.092.081	1.251.362	1.068.762	1.264.657
Partes relacionadas	6	109.474	74.342	130.165	108.895	73.625	97.368
Tributos a recuperar	7	218.554	208.490	18.749	218.554	208.503	21.365
Outros ativos	8	39.872	37.130	21.819	40.965	37.950	35.038
Total do ativo circulante	_	2.900.243	2.405.726	1.876.996	2.921.990	2.420.578	2.113.564
Não circulante							
Contas a receber	4	4.683	398	5.858	4.683	398	5.858
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	139.253	147.758	122.333	139.427	148.301	126.988
Tributos a recuperar	7	158.761	137.365	15.182	158.761	137.365	31.042
Depósitos judiciais	17	170.080	129.348	53.534	170.080	129.348	88.988
Outros ativos	8	43.858	38.943	15.782	45.402	39.565	16.662
Investimentos em controladas	10	37.403	12.272	72.877	-	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	11	251.747	222.894	161.256	251.747	222.894	189.888
Imobilizado	12	539.729	573.223	417.295	540.444	573.957	488.371
Intangível	13	438.559	435.049	175.716	481.370	435.338	442.863
Total do ativo não circulante	_	1.784.073	1.697.250	1.039.833	1.791.914	1.687.166	1.390.660

Total do ativo 4.684.316 4.102.976 2.916.829 4.713.904 4.107.744 3.504.224

	Nota		Controladora			Consolidado	
	explicativa	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
Passivo e patrimônio líquido						(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante							
Fornecedores	14	1.646.947	1.325.992	1.091.013	1.651.543	1.326.310	1.266.708
Empréstimos e financiamentos	15	424.989	317.198	94.979	425.227	317.198	129.671
Salários, férias e encargos sociais	10	164.489	136.586	109.726	166.585	138.255	121.211
Tributos a recolher		40.971	47.401	33.289	41.664	47.800	34.631
Partes relacionadas	6	73.716	51.291	45.737	73.619	51.291	45.770
Tributos parcelados	18	8.286	9.128	2.854	8.286	9.128	2.854
Receita diferida	16	36.734	37.104	19.217	36.734	37.104	29.623
Dividendos e JCP a pagar	10	16.219	-	1.662	16.219	07.104	1.662
Outras contas a pagar		106.631	80.541	78.715	107.714	80.775	91.824
Total do passivo circulante	-	2.518.982	2.005.241	1.477.192	2.527.591	2.007.861	1.723.954
·							
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	15	895.053	918.766	496.278	895.053	918.766	581.664
Tributos parcelados	18	-	1.783	4.398	-	1.783	4.398
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	226.446	186.027	84.176	245.882	187.553	167.176
Receita diferida	16	349.224	375.167	230.490	349.224	375.167	388.465
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	-	-	-	10.693
Outras contas a pagar		-	-	3.350	1.543	622	6.929
Total do passivo não circulante	_	1.470.723	1.481.743	818.692	1.491.702	1.483.891	1.159.325
Total do passivo		3.989.705	3.486.984	2.295.884	4.019.293	3.491.752	2.883.279
Patrimônio líquido	19						
Capital social	.0	606.505	606.505	606.505	606.505	606.505	606.505
Reserva de capital		5.640	2.820	-	5.640	2.820	-
Ações em tesouraria		(20.063)		_	(20.063)		_
Reserva legal		9.715	4.025	4.025	9.715	4.025	4.025
Reserva de retenção de lucros		94.458	2.561	10.415	94.458	2.561	10.415
Outros resultados abrangentes		(1.644)	81	-	(1.644)	81	-
Lucro do período		-	-		(-	_
Total do patrimônio líquido	-	694.611	615.992	620.945	694.611	615.992	620.945
Total do passivo e patrimônio líquido	=	4.684.316	4.102.976	2.916.829	4.713.904	4.107.744	3.504.224

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Cons	olidado
	explicativa	2013	2012	2013	2012
					(reapresentado)
Receita líquida de vendas	20	8.034.985	6.719.425	8.088.439	7.066.770
Custo de mercadorias revendidas e dos serviços					
prestados	21	(5.817.669)	(4.810.471)	(5.825.444)	(5.057.804)
Lucro bruto	-	2.217.316	1.908.954	2.262.995	2.008.966
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	22	(1.512.685)	(1.344.320)	(1.513.769)	(1.404.099)
Gerais e administrativas	22	` (385.391)	(330.723)	` (403.722)	(372.221)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(21.212)	(21.774)	(21.212)	(23.471)
Depreciação e amortização		(101.634)	(86.442)	(101.958)	(92.447)
Resultado de equivalência patrimonial	10 e 11	57.133	(7.031)	54.464	18.012
Outras receitas operacionais, líquidas	22 e 23	98.051	29.900	98.168	31.731
Catras rosonas oporasionais, nquidas		(1.865.738)	(1.760.390)	(1.888.029)	(1.842.495)
		(1.000.700)	(1.700.550)	(1.000.023)	(1.042.433)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	·	351.578	148.564	374.966	166.471
Receitas financeiras		90.797	57.081	69.398	47.777
Despesas financeiras		(313.173)	(242.318)	(313.360)	(251.583)
Resultado financeiro	24	(222.376)	(185.237)	(243.962)	(203.806)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de					
renda e da contribuição social	-	129.202	(36.673)	131.004	(37.335)
Imposto de renda e contribuição social correntes e					
diferidos	9	(15.396)	29.928	(17.198)	30.590
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	113.806	(6.745)	113.806	(6.745)
Edoto iiquido (projuizo) do exercicio	:=	110.000	(0.740)	110.000	(0.7 40)
Lucro (prejuízo) atribuível a:	_				
Proprietários da controladora	=	113.806	(6.745)	113.806	(6.745)
Lucro (prejuízo) por ação					
Básico e diluído (reais por ação)	-	0,61	(0,04)	0,61	(0,04)

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

2013 113.806	2012 (6.745)	2013 113.806	2012 (6.745)
113.806	(6.745)	113.806	(6.745)
135	_	135	_
(54)	-	(54)	-
81	-	81	-
(2.875)	135	(2.875)	135
`1.150 [´]	(54)	`1.150 [°]	(54)
(1.725)	81	(1.725)	81
(1.644)	81	(1.644)	81
112.162	(6.664)	112.162	(6.664)
	(2.875) 1.150 (1.725)	(2.875) 135 1.150 (54) (1.725) 81 (1.644) 81	(54) - (54) 81 - 81 (2.875) 135 (2.875) 1.150 (54) 1.150 (1.725) 81 (1.725) (1.644) 81 (1.644)

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido - controladora e consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de retenção de de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	606.505	-	-	4.025	10.415	-	-	620.945
Plano de opção de compra de ações Prejuízo do exercício		-	2.820	-	-	-	- (6.745)	- -	2.820 (6.745)
Distribuição de dividendos Absorção de prejuízos acumulados	_	- -	- -	-	- -	(1.109) (6.745)	6.745	-	(1.109) -
Outros resultados abrangentes:		606.505	2.820	=	4.025	2.561	-	-	615.911
Ajustes instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	81	81
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	606.505	2.820	-	4.025	2.561	-	81	615.992
Plano de opção de compra de ações	19 19	-	2.820	- (20, 062)	-	-	-	-	2.820
Ações em tesouraria Lucro do exercício Destinações:	19	-	-	(20.063)	-	-	113.806	-	(20.063) 113.806
Reserva legal	19	-	-	-	5.690	-	(5.690)	-	-
Reserva de retenção de lucros Juros sobre capital próprio	19 19	-	-	-	-	91.897 -	(91.897) (12.000)	-	(12.000)
Dividendos obrigatórios	19	606.505	5.640	(20.063)	9.715	94.458	(4.219)	- 81	(4.219) 696.336
Outros resultados abrangentes: Ajustes instrumentos financeiros		•	-	-	-	-	-	(1.725)	(1.725)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	606.505	5.640	(20.063)	9.715	94.458	-	(1.644)	694.611

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Cons	solidado
	explicativa	2013	2012	2013	2012
					(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido(prejuízo) do exercício		113.806	(6.745)	113.806	(6.745)
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa oriundo das					
atividades operacionais:					
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9	45.000	(00.000)	4= 400	(00 500)
reconhecida no resultado		15.396	(29.928)	17.198	(30.590)
Depreciação e amortização		101.634	86.442	101.958	92.447
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados		118.642	93.445	118.686	97.889
Rendimento de títulos e valores mobiliários	40 . 44	(24.525)	(10.884)	(25.454)	(10.884)
Equivalência patrimonial	10 e 11	(57.133)	7.031	(54.464)	(18.012)
Movimentação da provisão para perdas em ativos	17	76.136	43.399	76.136	58.750
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	60.278	30.624	59.861	33.263
Ganho (perda) na alienação, líquido de baixa do ativo imobilizado		(105 404)	3.801	(10E 404)	4.269
	10	(125.424)		(125.424)	
Apropriação da receita diferida	16 19	(32.314) 2.820	(39.388) 2.820	(32.314) 2.820	(42.994) 2.820
Despesas com plano de opções de ações Juros de tributos compensados com prejuízo fiscal	19	10.132	2.820	10.132	2.820
Juros de tributos compensados com prejuizo liscal		10.132	-	10.132	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(97.989)	10.700	(96.448)	(19.161)
Títulos e valores mobiliários		-	-	(339.449)	(88.625)
Estoques		(204.323)	158.936	(205.872)	174.270
Partes relacionadas		(22.650)	67.975	(22.788)	22.658
Tributos a recuperar		(18.721)	(291.114)	(17.775)	(293.115)
Outros ativos		(47.842)	(61.724)	(49.038)	(66.175)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		320.955	54.803	322.644	59.602
Salários, férias e encargos sociais		27.903	14.283	27.968	17.044
Tributos a recolher		(23.453)	13.764	(24.698)	12.145
Partes relacionadas		22.425	(47.178)	22.328	5.521
Tributos parcelados		(2.625)	` 3.659 [´]	(2.625)	3.659
Outras contas a pagar		(12.199)	(46.336)	(11.157)	(43.065)
Caixa oriundo (aplicado) nas atividades operacionais		200.929	58.385	(133.969)	(35.029)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.739)	(346)	(13.672)	(738)
Recebimento de dividendos de controladas		13.404	10.172	11.404	10.172
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades		10.707	10.172	11.404	10.172
operacionais		201.594	68.211	(136.237)	(25.595)
'				, ,	,
Fluxo de caixa das atividades de investimento	10	(111 200)	(100,000)	(111 E46)	(150,000)
Aquisição de imobilizado	12 13	(111.399)	(136.638)	(111.546)	(150.620)
Aquisição de ativo intangível	13	(34.404)	(19.775)	(34.584)	(24.157)
Aplicações em fundo de investimento exclusivo		(2.246.759) 1.920.459	(869.995)	-	-
Resgates em fundo de investimento exclusivo			781.370	205.461	-
Recebimento de venda de imobilizado		205.461	- E0 000	205.461	- E0 000
Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração		6.000	50.000	6.000	50.000
Investimento em controlada		(12.462)	(49.465) 5.450	(12.172)	(24.000)
Caixa gerado por incorporação de sociedade		(273.104)	5.459 (239.044)	53.159	(148.777)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		(213.104)	(203.044)	33.133	(140.///)

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Nota Controladora Con		Cons	solidado
	explicativa	2013	2012	2013	2012		
					(reapresentado)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento							
Captação de empréstimos e financiamentos		411.585	745.717	411.585	745.717		
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(345.566)	(227.690)	(346.434)	(227.717)		
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(100.583)	(91.260)	(100.583)	(91.260)		
Pagamento de dividendos		-	(2.771)	-	(2.771)		
Ações em tesouraria, adquiridas		(20.063)	-	(20.063)	-		
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento	_	(54.627)	423.996	(55.495)	423.969		
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	- -	(126.137)	253.163	(138.573)	249.597		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	·	404.143	150.980	418.879	169.282		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		278.006	404.143	280.306	418.879		
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	- -	(126.137)	253.163	(138.573)	249.597		

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Receitas		Controladora		Consolidado			
Receitas Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões P.100.323 7.602.221 9.157.276 8.018.476 Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões (21.212) (21.774) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471) (21.212) (23.471)		2013	2012	2013	2012		
Venda de mercadorias, produtos e serviços 9.100.323 7.602.221 9.157.276 8.018.476 Provisão para eréditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões (21.212) (21.774) (21.212) (23.471) Outras receitas operacionais 111.576 62.112 111.823 71.539 Insumos adquiridos de terceiros 0.00687 7.642.559 9.247.667 8.066.544 Insumos adquiridos de terceiros 0.005.608 (6.401.247) (5.287.085) (6.409.093) (5.502.341) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (688.062) (597.512) (695.961) (643.244) Perda e recuperação de valores ativos (7.007.825) (5.902.585) (7.123.570) (6.163.573) Valor adicionado bruto 2.082.862 1,739.974 2.124.117 1,902.971 Depreciação e amortização (101.634) (86.402) (101.958) (92.447) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 1.981.228 1.653.532 2.022.159 1.810.524 Valor adicionado recebido em transferência Resultado de equivalência patrimonial 57.133 (7.031) 54.4					(reapresentado)		
Campaignes Camp	Venda de mercadorias, produtos e serviços	9.100.323	7.602.221	9.157.276	8.018.476		
Dutras receitas operacionais 111.576		(21,212)	(21.774)	(21,212)	(23.471)		
Distribuição do terceiros Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos Custos dos produtos, das mercadorias e otreiros e outros Custos dos produtos, das mercadorias e otreiros e outros Custos dos produtos, das mercadorias e outros Custos dos produtos, das mercadorias e outros Custos dos produtos, genigos e outros Custos dos produtos Custos dos produtos Custos dos produtos Custos dos produtos Custos de valores ativos Custos dos produtos Custos dos produtos Custos de valores ativos Custos dos produtos Custos Custos	Outras receitas operacionais						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (688.062) (597.512) (695.961) (643.244) (17.988) (17.988) (18.516) (19.516) (1	•	9.190.687	7.642.559	9.247.687	8.066.544		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (888.062) (597.512) (695.961) (643.244) Perda e recuperação de valores ativos (18.516) (17.98) (18.516) (17.98) (18.516) (17.98) (18.516) (17.98) (18.516) (17.98) (17.07.625) (5.902.565) (7.123.570) (6.163.573) Valor adicionado bruto (2.082.862 1.739.974 2.124.117 1.902.971 Depreciação e amortização (101.634) (86.442) (101.958) (92.447) Valor adicionado líquido produzido pela entidade (1.981.228 1.653.532 2.022.159 1.810.524 Valor adicionado recebido em transferência Fesultado de equivalência patrimonial (1.981.228 1.653.532 2.022.159 1.810.524 Valor adicionado recebido em transferência Fesultado de equivalência patrimonial (1.90.977) (1.90.977) (1.90.977) Valor adicionado total a distribuir (1.90.977) (1.90.977) (1.90.977) Valor adicionado total a distribuir (1.90.977) (1.90.977) Valor adicionado total a distribuir (1.90.977) (1.90.977) Valor adicionado total a distribuir (1.	Insumos adquiridos de terceiros						
Perda e recuperação de valores ativos 18.516 (17.988) (17.988) (17.988) (17.988) (17.988) (17.07.825) (5.902.585) (7.123.570) (6.163.573	Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(6.401.247)	(5.287.085)	(6.409.093)	(5.502.341)		
Valor adicionado bruto 2.082.862 1.739.974 2.124.117 1.902.971 Depreciação e amortização (101.634) (86.442) (101.958) (92.447) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 1.981.228 1.653.532 2.022.159 1.810.524 Valor adicionado recebido em transferência Fesultado de equivalência patrimonial 57.133 (7.031) 54.464 18.012 Receitas financeiras 90.797 57.081 69.398 47.777 Valor adicionado total a distribuir 2.129.158 1.703.582 2.146.021 1.876.313 Distribuição do valor adicionado Pessoal e encargos: Remuneração direta 700.886 592.354 708.813 622.488 Beneficios 150.520 110.452 151.265 117.373 FGTS 63.997 54.091 64.663 56.986 FGTS 63.997 54.091 64.663 56.986 56.986 Federais 223.715 252.034 229.609 325.157 Estaduais 302.413 249.302 302.470 286.550			(597.512)		(643.244)		
Valor adicionado bruto 2.082.862 1.739.974 2.124.117 1.902.971 Depreciação e amortização (101.634) (86.442) (101.958) (92.447) Valor adicionado líquido produzido pela entidade 1.981.228 1.653.532 2.022.159 1.810.524 Valor adicionado recebido em transferência 2.202.158 1.653.532 2.022.159 1.810.524 Valor adicionado recebido em transferência 57.133 (7.031) 54.464 18.012 Receitas financeiras 90.797 57.081 69.398 47.777 Valor adicionado total a distribuir 2.129.158 1.703.582 2.146.021 1.876.313 Distribuição do valor adicionado Pessoal e encargos: 8.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2	Perda e recuperação de valores ativos	(18.516)		(18.516)	(17.988)		
Depreciação e amortização (101.634) (86.442) (101.958) (92.447)		(7.107.825)	(5.902.585)	(7.123.570)	(6.163.573)		
Valor adicionado líquido produzido pela entidade 1.981.228 1.653.532 2.022.159 1.810.524 Valor adicionado recebido em transferência Resultado de equivalência patrimonial 57.133 (7.031) 54.464 18.012 Receitas financeiras 90.797 57.081 69.398 47.777 Valor adicionado total a distribuir 2.129.158 1.703.582 2.146.021 1.876.313 Distribuição do valor adicionado Pessoal e encargos:	Valor adicionado bruto	2.082.862	1.739.974	2.124.117	1.902.971		
Valor adicionado recebido em transferência Resultado de equivalência patrimonial 57.133 (7.031) 54.464 18.012 Receitas financeiras 90.797 57.081 69.398 47.777 Valor adicionado total a distribuir 2.129.158 1.703.582 2.146.021 1.876.313 Distribuição do valor adicionado Pessoal e encargos: Remuneração direta 700.886 592.354 708.813 622.488 Benefícios 150.520 110.452 151.265 117.373 FGTS 63.997 54.091 64.663 56.986 Federais 223.715 252.034 29.609 325.157 Estaduais 302.413 249.302 302.470 286.550 Municipais 29.748 23.350 30.843 25.140 Remuneração de capital de terceiros: 29.748 23.350 30.843 25.140 Juros 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 45.413 3	Depreciação e amortização	(101.634)	(86.442)	(101.958)	(92.447)		
Resultado de equivalência patrimonial Receitas financeiras S7.133 (7.031) 54.464 18.012 90.797 57.081 69.398 47.777 7.081 69.398 47.777 7.081 69.398 47.777 7.081 69.398 47.777 7.081 69.398 47.777 7.081 69.398 47.777 7.081 69.398 47.777 7.081 69.398 47.777 7.081 69.398 47.777 7.081 69.398 47.777 7.081 69.398 47.777 7.081 69.398 47.777 7.081 69.398 7.081	Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.981.228	1.653.532	2.022.159	1.810.524		
Receitas financeiras 90.797 57.081 69.398 47.777 Valor adicionado total a distribuir 2.129.158 1.703.582 2.146.021 1.876.313 Distribuição do valor adicionado Pessoal e encargos: Remuneração direta 700.886 592.354 708.813 622.488 Benefícios 150.520 110.452 151.265 117.373 FGTS 63.997 54.091 64.663 56.986 Pestoatos, taxas e contribuições: Federais 223.715 252.034 229.609 325.157 Estaduais 302.413 249.302 302.470 286.550 Municipais 29.748 23.350 30.843 25.140 Remuneração de capital de terceiros: Juros 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Aluguéis 45.413 31.175 45.605 31.678 Federação de capital próprio: Juros sobre capital próprio: Juros sobre capital próprio 12.000 - Dividendos 4.219 - Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)							
Valor adicionado total a distribuir 2.129.158 1.703.582 2.146.021 1.876.313 Distribuição do valor adicionado Pessoal e encargos: Remuneração direta 700.886 592.354 708.813 622.488 Benefícios 150.520 110.452 151.265 117.373 FGTS 63.997 54.091 64.663 56.986 Pederais 29.740 768.897 924.741 796.847 Impostos, taxas e contribuições: Federais 223.715 252.034 229.609 325.157 Estaduais 302.413 249.302 302.470 286.550 Municipais 29.748 23.350 30.843 25.140 Remuneração de capital de terceiros: 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 45.413 31.175 45.605 31.678 Remuneração de capital próprio: 24.073 428.744 544.552 449.364 Remuneração de capital próprio: 12.000 - 12.000							
Distribuição do valor adicionado Pessoal e encargos: Remuneração direta 700.886 592.354 708.813 622.488 Benefícios 150.520 110.452 151.265 117.373 63.997 54.091 64.663 56.986 915.403 756.897 924.741 796.847 Impostos, taxas e contribuições: Federais 223.715 252.034 229.609 325.157 Estaduais 302.413 249.302 302.470 286.550 Municipais 29.748 23.350 30.843 25.140 255.876 524.686 562.922 636.847 Remuneração de capital de terceiros: Juros 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 45.413 31.175 45.605 31.678 454.073 428.744 544.552 449.364 Remuneração de capital próprio 12.000 - 12.000 - 12.000 - 12.000 Dividendos 4.219 - 4.219 - 4.219 - 12.005 1.205	Receitas financeiras	90.797	57.081	69.398	47.777		
Pessoal e encargos: 700.886 592.354 708.813 622.488 Benefícios 150.520 110.452 151.265 117.373 FGTS 63.997 54.091 64.663 56.986 915.403 756.897 924.741 796.847 Impostos, taxas e contribuições: 223.715 252.034 229.609 325.157 Estaduais 302.413 249.302 302.470 286.550 Municipais 29.748 23.350 30.843 25.140 Remuneração de capital de terceiros: 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 45.413 31.175 45.605 31.678 Remuneração de capital próprio: 544.073 428.744 544.552 449.364 Remuneração de capital próprio: 12.000 - 12.000 - 4.219 - 4.219 - 4.219 - 4.219 - 4.219 - 4.219 -	Valor adicionado total a distribuir	2.129.158	1.703.582	2.146.021	1.876.313		
Pessoal e encargos: 700.886 592.354 708.813 622.488 Benefícios 150.520 110.452 151.265 117.373 FGTS 63.997 54.091 64.663 56.986 915.403 756.897 924.741 796.847 Impostos, taxas e contribuições: 223.715 252.034 229.609 325.157 Estaduais 302.413 249.302 302.470 286.550 Municipais 29.748 23.350 30.843 25.140 Remuneração de capital de terceiros: 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 45.413 31.175 45.605 31.678 Remuneração de capital próprio: 544.073 428.744 544.552 449.364 Remuneração de capital próprio: 12.000 - 12.000 - 4.219 - 4.219 - 4.219 - 4.219 - 4.219 - 4.219 -	Distribuição do valor adicionado						
Benefícios 150.520 110.452 151.265 117.373 FGTS 63.997 54.091 64.663 56.986 63.997 54.091 64.663 56.986 63.997 756.897 924.741 796.847 796							
FGTS 63.997 54.091 64.663 56.986 915.403 756.897 924.741 796.847 Impostos, taxas e contribuições: Federais 223.715 252.034 229.609 325.157 Estaduais 302.413 249.302 302.470 286.550 Municipais 29.748 23.350 30.843 25.140 555.876 524.686 562.922 636.847 Remuneração de capital de terceiros: Juros 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 45.413 31.175 45.605 31.678 Aluguéis 454.073 428.744 544.552 449.364 Remuneração de capital próprio: Juros sobre capital próprio 12.000 - 12.000 - 12.000 - 12.000 - 12.000 Dividendos 4.219 - 4.219 - 4.219 Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)	Remuneração direta	700.886	592.354	708.813	622.488		
Page	Benefícios	150.520	110.452	151.265	117.373		
Impostos, taxas e contribuições: Federais 223.715 252.034 229.609 325.157 Estaduais 302.413 249.302 302.470 286.550 Municipais 29.748 23.350 30.843 25.140 555.876 524.686 562.922 636.847 Remuneração de capital de terceiros: Juros 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 245.413 31.175 45.605 31.678 Femuneração de capital próprio: 344.073 428.744 544.552 449.364 Remuneração de capital próprio 12.000 - 12.000 - 12.000 Dividendos 4.219 - 4.219 - 12.000 Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)	FGTS	63.997	54.091	64.663	56.986		
Pederais 223.715 252.034 229.609 325.157 Estaduais 302.413 249.302 302.470 286.550 Municipais 29.748 23.350 30.843 25.140 555.876 524.686 562.922 636.847 Remuneração de capital de terceiros:		915.403	756.897	924.741	796.847		
Estaduais 302.413 249.302 302.470 286.550 Municipais 29.748 23.350 30.843 25.140 Remuneração de capital de terceiros: Juros 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 45.413 31.175 45.605 31.678 Remuneração de capital próprio: 544.073 428.744 544.552 449.364 Remuneração de capital próprio: 12.000 - 12.000 - Dividendos 4.219 - 4.219 - Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)		000 715	050.004	220 600	005 457		
Municipais 29.748 23.350 30.843 25.140 Semuneração de capital de terceiros: Juros 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 45.413 31.175 45.605 31.678 Remuneração de capital próprio: 544.073 428.744 544.552 449.364 Puros sobre capital próprio 12.000 - 12.000 - Dividendos 4.219 - 4.219 - Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)							
Semuneração de capital de terceiros: Juros 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 24.413 31.175 45.605 31.678 Remuneração de capital próprio: Juros sobre capital próprio 12.000 - 12.000 - 12.000 Dividendos 4.219 - 4.219 - 12.000 Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)							
Remuneração de capital de terceiros: Juros 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 45.413 31.175 45.605 31.678 Semuneração de capital próprio: 544.073 428.744 544.552 449.364 Puros sobre capital próprio 12.000 - 12.000 - Dividendos 4.219 - 4.219 - Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)	Municipals						
Juros 267.761 211.144 267.737 219.907 Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 45.413 31.175 45.605 31.678 Semuneração de capital próprio: 544.073 428.744 544.552 449.364 Remuneração de capital próprio 12.000 - 12.000 - Dividendos 4.219 - 4.219 - Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)	Pamunaração do canital do taraciros:	333.070	524.686	302.922	030.847		
Aluguéis 230.899 186.425 231.210 197.779 Outras 45.413 31.175 45.605 31.678 544.073 428.744 544.552 449.364 Remuneração de capital próprio: Juros sobre capital próprio 12.000 - 12.000 - Dividendos 4.219 - 4.219 Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)		267 761	211 144	267 727	210 007		
Outras 45.413 31.175 45.605 31.678 544.073 428.744 544.552 449.364 Remuneração de capital próprio: Juros sobre capital próprio 12.000 - 12.000 - Dividendos 4.219 - 4.219 - Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)							
544.073 428.744 544.552 449.364 Remuneração de capital próprio: 12.000 - 12.000 - Juros sobre capital próprio 12.000 - 12.000 - Dividendos 4.219 - 4.219 - Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)							
Remuneração de capital próprio: Juros sobre capital próprio 12.000 - 12.000 - Dividendos 4.219 - 4.219 - Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)	Outras						
Juros sobre capital próprio 12.000 - 12.000 - Dividendos 4.219 - 4.219 - Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)	Remuneração de capital próprio:	017.010	720.7 - 7	0-7-1.00E	770.007		
Dividendos 4.219 - 4.219 - Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)		12.000	-	12.000	-		
Lucro retidos 97.587 (6.745) 97.587 (6.745)		4.219	-	4.219	-		
		97.587	(6.745)		(6.745)		
		2.129.158	1.703.582	2.146.021	1.876.313		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. ("Companhia" ou "Controladora") atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo (principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis), através de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico, cuja sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua controladora e "holding" é a LTD Administração e Participação S.A.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam 744 lojas (743 lojas em 2012) e oito centros de distribuição (oito centros de distribuição em 2012) localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País.

A Companhia participa no capital social de outras sociedades, conforme detalhado a seguir:

- (a) Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Luizacred") Sociedade controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. que tem por objeto a oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes da rede de lojas do Magazine Luiza;
- (b) Luizaseg Seguros S.A. ("Luizaseg") Sociedade controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., que tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil, aos clientes da rede de lojas do Magazine Luiza:
- (c) Luiza Administradora de Consórcios Ltda. ("LAC") Controlada integral que tem por objeto social a administração de grupos de consórcio formados para aquisição de automóveis, motocicletas, eletrodomésticos e imóveis.
- (d) Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. ("Época Cosméticos") Controlada integral que tem por objetivo social a comercialização via internet de itens de perfumaria, cosméticos, dermocosméticos e produtos capilares. Vide Nota 28 Combinação de negócios.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas e controladas em conjunto, doravante serão referidas como "Grupo" para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 30 de abril de 2012, a Companhia realizou a incorporação societária da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. ("Lojas Maia") sua controlada integral, representada por rede de lojas, que atua no mesmo ramo de negócios do Magazine Luiza S.A. na região Nordeste do Brasil, adquirida em julho de 2010. Referida incorporação foi efetuada pelo valor do acervo líquido contábil da controlada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Grupo compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado - IFRS e BR GAAP"; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora BR GAAP".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora apresentados nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e pela combinação de negócio, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como seque:

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia exerce influência significativa nas decisões sobre políticas operacionais das investidas.

A Companhia aplicou nas demonstrações financeiras consolidadas a alteração do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e IFRS 11 - Joint Arrangements, que dita sobre a transição da consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial para os empreendimentos controlados em conjunto, cujos efeitos da adoção encontram-se divulgados na nota 2.26 abaixo.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Serão apresentadas nestas demonstrações financeiras, para auxílio de interpretação do leitor e conveniente à nota explicativa de informações por segmento, as principais políticas contábeis de nossas *joint ventures*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto--Continuação

O resultado das operações da controlada F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. ("Lojas Maia"), incorporada em 30 de abril de 2012, foi incluído, após incorporação, nas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado de sua Controladora, dessa forma, as demonstrações financeiras de 2012 contemplam 12 meses de resultado das operações da Controladora e oito meses de resultado oriundo do acervo líquido incorporado da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. ("Lojas Maia").

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas com controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição (honorários de "due diligence", advogados, entre outros) são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos.

Ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Os ágios apurados em função aquisições de empresas estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados não superior a 10 anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio passou a não mais ser amortizado e passou a ser submetido a teste anual em relação ao seu valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa, conforme descrito na Nota 2.5. Qualquer perda apurada sobre o valor recuperável destes ágios, são imediatamente reconhecidos no resultado do exercício, não sendo suscetível de futura reversão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Combinação de negócios--Continuação

Na alienação de uma controlada ou uma controlada em conjunto, o correspondente ágio é incluído na determinação do resultado da alienação.

Caso a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis adquiridos seja superior ao custo de aquisição, o excesso (anteriormente conhecido como deságio) é registrado como ganho imediato no resultado do exercício em que ocorreu a aquisição.

O ágio registrado por uma aquisição será ajustado durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição), caso sejam identificadas nesse período ajustes atribuíveis à data da aquisição. Após o período de mensuração, o adquirente deve revisar os registros contábeis da combinação de negócios somente para corrigir erros, em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 09 (R1), a qual requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como ágio, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que exceder o custo de aquisição, deve ser imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

2.5. Alocação dos saldos de ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver item 2.4 acima), líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), conforme descritivo na Nota Explicativa nº 13.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.5. Alocação dos saldos de ágio--Continuação

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

2.6. Investimento em controladas em conjunto (joint ventures)

Joint venture é um negócio do qual duas ou mais partes têm o controle conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em *joint ventures* que são classificados como empreendimentos em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição. O ágio relativo a joint venture, se algum, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.6. Investimento em controladas em conjunto (joint ventures)--Continuação

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas da *joint venture*.

As demonstrações financeiras da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica "Participação em lucros de *joint venture*", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre o controle conjunto sobre a *joint venture*, eventual diferença entre o valor contábil da *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.7. Apuração de resultado

2.7.1. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas:

a) Revendas de produtos

A receita de revendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a sua titularidade legal é transferida, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- Transferência ao comprador dos riscos e dos benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- Inexistência de envolvimento continuado na gestão dos produtos revendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia ou ao Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

b) Receita de serviços

A receita de serviços é apurada pela intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia e são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado são transferidos para a Companhia.

c) Operações de crédito

Na controlada em conjunto Luizacred, são reconhecidas ao longo da vigência dos contratos "pro rata die", de acordo com as respectivas taxas de juros pactuadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.7. Apuração de resultado--Continuação

2.7.1. Reconhecimento de receita--Continuação

d) Operações com seguros

Na controlada em conjunto Luizaseg, os prêmios de seguro, assim como os seus respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices ou faturas, ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices e faturas.

e) Administração de consórcios

Na controlada Luiza Administradora de Consórcios, a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

2.7.2. Custos das mercadorias revendidas e dos serviços prestados

Incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição ("CDs") são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

2.7.3. Ajustes a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou de curto prazos, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e expectativas do ativo em suas datas originais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.7. Apuração de resultado--Continuação

2.7.3. Ajustes a valor presente--Continuação

Atividades de varejo

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas e descontadas a valor presente na data das transações em virtude de seus prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica "Fornecedores" (tendo como contrapartida a conta de "Estoques"). Sua reversão é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços", pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de revendas de produtos", pela fruição do prazo.

Operações de crédito

As operações de crédito, na controlada em conjunto Luizacred, são registradas ao valor presente, considerando as taxas de juros pactuadas em contratos e as variações dos indexadores da operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.7. Apuração de resultado--Continuação

- 2.7.4. As despesas com publicidade são reconhecidas no resultado quando da sua efetiva veiculação, deduzidas da participação dos fornecedores, que é reembolsável à Companhia.
- 2.7.5. As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

2.8. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Grupo é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada, consolidada pela Companhia, bem como as demonstrações financeiras utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em reais.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "Disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Método dos juros efetivos

O método dos juros efetivos é um método utilizado para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro e alocar a receita dos juros durante o período em que esse ativo é mantido pelo Grupo. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que compõem a taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou quando apropriado, por um período menor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo através do resultado

Ativos financeiros ao valor justo através do resultado têm seus ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer dividendos ou juros obtidos sobre o ativo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na Nota 27.

Ativos financeiros são classificados ao valor justo através do resultado quando mantidos para negociação, em função do seguinte:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em um futuro próximo;
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que o Grupo administra conjuntamente e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; ou
- É um derivativo não designado e mantido como instrumento de "hedge".

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Esta designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência quando de sua mensuração ou reconhecimento;
- O ativo financeiro é parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, cujo desempenho é avaliado com base em seu valor justo de acordo com a política de gestão de riscos e estratégias de investimentos estabelecidas pela Administração do Grupo; ou
- Se o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e for permitido pelas IFRS que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos classificados como "Mantidos até o vencimento" correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determinados e vencimentos fixos, para os quais o Grupo tenha intenção positiva e habilidade para mantê-los até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos deduzidos de provisão para trazê-los ao seu valor líquido de realização, quando aplicável, tendo suas receitas reconhecidas com base na taxa de retorno efetiva.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Títulos resgatáveis listados, quando mantidos pelo Grupo para serem negociados em um mercado ativo, são classificados como sendo disponíveis para venda e são mensurados ao valor justo. O valor justo é determinado da mesma forma como descrito na Nota 27. Ganhos e perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos diretamente na rubrica de "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, quando aplicável, com exceção das perdas decorrentes por "impairment", juros calculados utilizando-se o método dos juros efetivos e ganhos e perdas com variação cambial de ativos monetários, os quais são reconhecidos diretamente no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas como "outros resultados abrangentes". Quando o investimento é alienado ou é determinado como estando deteriorado, o ganho ou perda cumulativo, anteriormente reconhecido em outros resultados abrangentes, é então incluído no resultado do exercício ou período a que se refere.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive caixa e bancos, contas a receber de clientes, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros ("impairment")

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício ou período. As perdas são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor líquido recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, que na avaliação individual não apresentam redução ao seu valor recuperável, podem, subsequentemente, vir a apresentar perda em seu valor recuperável quando avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor líquido recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo na cobrança de títulos, o aumento no número de recebimentos em atraso e mudanças observáveis nas condições econômicas relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, sua redução ao valor líquido recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor líquido recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros ("impairment")--Continuação

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao seu valor líquido recuperável, com exceção de contas a receber em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente provisionados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, o saldo acumulado reconhecido em "outros resultados abrangentes" (conta específica do patrimônio líquido) é reclassificado para o resultado, em conjunto com a baixa do montante registrado em contas de ativo.

Se em um período subsequente a redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros registrados ao custo amortizado diminuir e esta diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após seu reconhecimento, esta redução deve ser revertida e registrada no resultado do exercício em que ocorrer a reversão, limitada ao valor contábil líquido da amortização acumulada.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando o Grupo transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido. Nestes casos o desreconhecimento ocorrerá somente no momento em que forem extintos ou transferidos os respectivos riscos e retornos ou quando da realização do referido ativo financeiro.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando mantidos para negociação ou quando designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com propósito de recompra em futuro próximo;
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que o Grupo administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo; ou
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que poderia surgir;
- Compor parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, administrado e avaliado com base em seu valor justo, de acordo com a administração de riscos e estratégias de investimento formalizadas pelo Grupo; ou
- São parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o "IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo por meio do resultado.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incorpora quaisquer juros pagos no passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme Nota 27.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros.

O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando aplicável, por um período menor.

Passivos de garantias financeiras contratuais

Passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados e inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois, o maior.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.10. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores.

As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da diretoria financeira, de acordo com estratégias previamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de "swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescida de taxa pré-fixada. Essa é uma operação "casada" que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de "swap" contratados na mesma data, com o mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado na moeda funcional, acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

A Nota Explicativa nº 27 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, avaliados ao seu valor justo no final de cada exercício ou período. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando auferidos ou incorridos, pois estes não são designados como instrumento efetivo de "hedge".

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo resgatáveis com o próprio emissor do instrumento financeiro. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem essas aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.12. Títulos e valores mobiliários

São classificados nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido.

- Quando o propósito da aquisição dos investimentos é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter o investimento até seu vencimento.
- Quando a intenção, no momento de efetuar o investimento, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações financeiras são classificadas como títulos disponíveis para venda.
- Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado acrescido por juros e correção monetária ou variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridas até a data dos balanços patrimoniais.

Os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.13. Contas a receber e provisão para devedores duvidosos

a) São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de revendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.7.3 e pela provisão para devedores duvidosos, definida com base nas diretrizes mencionadas na Nota 2.9 - Ativos Financeiros, no item "Redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros ("impairment")".

O valor de venda de recebíveis de cartões de crédito é baixado de contas a receber uma vez que o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade desses recebíveis para o banco e/ou administradora de cartões de crédito. Os encargos financeiros incorridos pelo Grupo nessa operação são apropriados no resultado como despesas financeiras, no momento em que o ativo é desreconhecido.

Os valores a receber decorrentes de propaganda cooperada, bonificações e outras transações com fornecedores, oriundos de contratos comerciais e outros acordos, somente são registrados mediante a existência de documentação que evidencie a existência desse acordo e são calculados, principalmente, sobre o volume das compras e de atividades específicas de propaganda.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculado "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso. Após esse período, o reconhecimento dos encargos no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Os recursos correspondentes a esses valores estão contemplados em operações com cartões de crédito no passivo circulante.

2.14. Estoques

São demonstrados pelo menor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição e a descontos comerciais e abatimentos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.15. Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa.

2.16. Arrendamento

Os ativos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado nas demonstrações financeiras como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.16. Arrendamento--Continuação

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos.

2.17. Intangível

2.17.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado e sujeitos a testes para análise de redução do seu valor líquido recuperável, em caso de indicação de perda de seu valor recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos. Alguns módulos desse sistema ainda não estão operando e, portanto, estão registrados na rubrica "Projetos em andamento".

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

2.17.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos representados por redes de lojas. Até 31 de dezembro de 2008, os ágios que tinham como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de cinco a 10 anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, data de transição, os saldos de ágios não são mais amortizados contabilmente e são submetidos a teste anual para análise de redução do seu valor líquido recuperável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.17. Intangível--Continuação

2.17.3. Baixas de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.18. Reduções ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Administração do Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.18. Reduções ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio-Continuação

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.19. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando o Grupo possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidála. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam o Grupo e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra em até 12meses, caso contrário, são classificados como ativos e passivos não circulantes.

2.20. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem.

2.21. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.21. Provisões--Continuação

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.21.1. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

2.21.2. Provisões para passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes conhecidos e adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição.

2.21.3. Provisões técnicas de seguros (aplicáveis a Luizaseg)

a) Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

Representa as parcelas dos prêmios de seguro que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência das apólices ou faturas, calculados "pro rata temporis".

b) Provisão para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE)

Representa o ajuste da PPNG em decorrência da existência de riscos vigentes cuja apólice ainda não foi emitida, e é calculada de acordo com premissas atuariais específicas de sociedades seguradoras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.21. Provisões--Continuação

2.21.3. Provisões técnicas de seguros (aplicáveis a Luizaseg)--Continuação

c) Provisão para insuficiência de prêmios (PIP)

É constituída se constatada a necessidade de complemento da PPNG para a cobertura dos sinistros estimados e despesas administrativas, a ocorrer até o final da vigência do risco coberto. Não se verificou insuficiência de prêmios em quaisquer dos exercícios apresentados.

d) Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

Representa a provisão para pagamento de prováveis de indenizações, judiciais ou não, determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço.

e) Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)

É constituída para fazer frente ao pagamento dos sinistros que ocorreram e não foram avisados ao Grupo até a data do balanço.

2.22. Tributação

a) <u>Impostos correntes</u>

As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social estão baseadas na base tributável dos exercícios. A base tributável de um exercício difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, por excluir receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.22. Tributação -- Continuação

a) Impostos correntes--Continuação

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da RFB 1.397(IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627,destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

b) Impostos diferidos

O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício ou período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração da base tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável, sendo calculados em cada empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos (exceto para combinação de negócios) em uma transação que não afete a base tributável ou o lucro contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.22. Tributação -- Continuação

b) <u>Impostos diferidos</u>--Continuação

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício ou período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício ou período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício ou período ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual o Grupo espera, no final de cada exercício ou período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

c) Imposto sobre a renda corrente e diferido

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício ou do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido ou originam-se da contabilização inicial de uma combinação de negócios, casos em que são registrados consistentemente com o registro dessas transações.

2.23. Benefícios a empregados

O Grupo possui planos de benefícios a empregados incluindo plano de aposentadoria complementar, assistência médica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados está descrita na Nota 25.

O plano de aposentadoria complementar se caracteriza na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual o Grupo não tem qualquer obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios devidos aos empregados como resultado de serviços passados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.24. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguiu as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre estas, demais receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e a amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas similares). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.25. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas--Continuação

De modo a proporcionar um entendimento de como o Grupo forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros, que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) Vida útil de ativos de longa duração

O Grupo reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação de seu custo.

c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, o Grupo revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo e de seu valor de mercado, se necessário.

d) Provisão para perdas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas identificadas no inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.25. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas--Continuação

e) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, adicionado do percentual histórico de recuperação de margem junto a fornecedores, frente ao custo de aquisição das mercadorias. A esta análise também é ponderada a relação de itens tidos como obsoletos e ainda a realização de mercadorias encaminhadas à assistência técnica.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.

g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.26. Aplicação do IFRS 11 e CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, sobre as participações da Companhia em *joint ventures*

De acordo com a aplicação do CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (anterior à transição para o IFRS 11 e CPC 19 (R2)), a participação da Companhia nos ativos, passivos, receitas e despesas na Luizacred e Luizaseg, ambas classificadas como *joint ventures*, era apresentada utilizando-se a consolidação proporcional nas demonstrações financeiras consolidadas. Com a adoção do IFRS 11 e CPC 19 (R2), a Companhia foi requerida a apresentar a participação em empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, retrospectivamente com a reapresentação das informações para o período imediatamente anterior (2012). O efeito de tal aplicação é demonstrado abaixo:

Diminuição do caixa e equivalentes de caixa (4.249) (3.835) Diminuição nos títulos e valores mobiliários (48.842) (48.081) Diminuição nos contas a receber (1.618.005) (1.428.850) Aumento em partes relacionadas 38.084 54.767 Diminuição de mitibutos a recuperar (6.268) (3.243) Diminuição de outros ativos (10.112) (24.321) Diminuição de vibros ativos circulante (1.649.392) (1.453.563) Diminuição de vibros ativos contas a receber (1.373) (3.549) Diminuição de contas a receber a contribuição social diferidos (53.429) (51.919) Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos (53.429) (51.919) Diminuição de utimos a recuperar (1.044) - Diminuição (aumento) de depósitos judiciais (8.444) 19 Diminuição (aumento) de depósitos judiciais (8.444) 19 Diminuição de imbollizado (1.228) (1.567) Diminuição de intragível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de	Impacto no balanço patrimonial	Consolidado 2012	Consolidado 01/01/2012
Diminuição no contas a receber (1.618.005) (1.428.850) Aumento em partes relacionadas 38.084 54.767 Diminuição em tributos a recuperar (6.268) (3.243) Diminuição de outros ativos (10.112) (24.321) Diminuição de ativo circulante (1.649.392) (1.453.563) Diminuição de m títulos e valores mobiliários (59.255) (43.267) Diminuição de contas a receber (1.373) (3.549) Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos (53.429) (51.919) Diminuição de tributos a recuperar (10.04) - Diminuição de untros ativos (340) (3.127) Aumento de investimento em controladas em conjunto 222.894 189.888 Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de é epósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de porações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de provisões			
Aumento em partes relacionadas 38.084 54.767 Diminuição ou ribultos a recuperar (6.268) (3.243) Diminuição do ativo stivos (10.112) (24.321) Diminuição do ativo circulante (1.649.392) (1.453.563) Diminuição do ativo circulante (1.649.392) (1.453.563) Diminuição do entítulos e valores mobiliários (59.255) (43.267) Diminuição de contas a receber (1.373) (3.549) Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos (53.429) (51.919) Diminuição de tirbutos a recuperar (1.044) -1.2 Diminuição de umento) de depósitos judiciais (8.444) 19 Diminuição de outros ativos (340) (3.127) Aumento de investimento em controladas em conjunto 222.894 189.88 Diminuição de inangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de soperações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de porerações com cartões de crédito <td></td> <td></td> <td></td>			
Diminuição em tributos a recuperar (6.268) (3.243) Diminuição de outros ativos (10.112) (24.321) Diminuição do ativo circulante (1.649.392) (1.453.563) Diminuição em títulos e valores mobiliários (59.255) (43.267) Diminuição de contas a receber (1.373) (3.549) Diminuição de tributos a recuperar (1.044) 1- Diminuição (aumento) de depósitos judiciais (8.444) 1- Diminuição de outros ativos (340) (3.127) Aumento de investimento em controladas em conjunto 222.894 189.888 Diminuição de imbellizado (1.228) (1.567) Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de porações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de porvisões técnicas de seguros </td <td>3</td> <td>,</td> <td>,</td>	3	,	,
Diminuição de outros ativos (10.112) (24.321) Diminuição do ativo circulante (1.649.392) (1.453.563) Diminuição em títulos e valores mobiliários (59.255) (43.267) Diminuição de contas a receber (1.373) (3.549) Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos (53.429) (51.919) Diminuição de tributos a recuperar (1.044) - Diminuição (aumento) de depósitos judiciais (8.444) 19 Diminuição de outros ativos (340) (3.127) Aumento de investimento em controladas em conjunto 222.894 189.888 Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de perações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de perações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminui			
Diminuição do ativo circulante (1.649.392) (1.453.563) Diminuição em títulos e valores mobiliários (59.255) (43.267) Diminuição de contas a receber (1.373) (3.549) Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos (53.429) (51.919) Diminuição de tributos a recuperar (1.044) - Diminuição (aumento) de depósitos judiciais (8.444) 19 Diminuição de outros ativos (340) (3.127) Aumento de investimento em controladas em conjunto 222.894 189.888 Diminuição de inibilizado (1.228) (1.567) Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida			
Diminuição de contas a receber (1.373) (3.549) Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos (53.429) (51.919) Diminuição de tributos a recuperar (1.044) - Diminuição (aumento) de depósitos judiciais (8.444) 19 Diminuição de outros ativos (340) (3.127) Aumento de investimento em controladas em conjunto 222.894 189.888 Diminuição de inbolilizado (1.228) (1.567) Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34			
Diminuição de contas a receber (1.373) (3.549) Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos (53.429) (51.919) Diminuição de tributos a recuperar (1.044) - Diminuição (aumento) de depósitos judiciais (8.444) 19 Diminuição de outros ativos (340) (3.127) Aumento de investimento em controladas em conjunto 222.894 189.888 Diminuição de inbolilizado (1.228) (1.567) Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34	Diminuição em títulos e valores mobiliários	(59 255)	(43 267)
Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos (53.429) (51.919) Diminuição de tributos a recuperar (1.044) - Diminuição (aumento) de depósitos judiciais (8.444) 19 Diminuição de outros ativos (340) (3.127) Aumento de investimento em controladas em conjunto 222.894 189.888 Diminuição de imobilizado (1.228) (1.567) Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de outras contas a pagar (3.673) (2.774) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabal			
Diminuição (aumento) de depósitos judiciais (8.444) 19 Diminuição de outros ativos (340) (3.127) Aumento de investimento em controladas em conjunto 222.894 188.888 Diminuição de imobilizado (1.228) (1.567) Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida			
Diminuição de outros ativos (340) (3.127) Aumento de investimento em controladas em conjunto 222.894 189.888 Diminuição de imobilizado (1.228) (1.567) Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita difer	Diminuição de tributos a recuperar	(1.044)	` -
Aumento de investimento em controladas em conjunto 222.894 189.888 Diminuição de imobilizado (1.228) (1.567) Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de		(8.444)	
Diminuição de imobilizado (1.228) (1.567) Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)			
Diminuição de intangível (5.400) (6.045) Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)			
Aumento do ativo não circulante 92.381 80.433 Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição do opassivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)			
Diminuição de fornecedores (1.845) (1.066) Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)			, ,
Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)	Aumento do ativo não circulante	92.381	80.433
Diminuição de depósitos interfinanceiros (990.021) (981.478) Diminuição de operações com cartões de crédito (566.664) (436.130) Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)	Diminuição de fornecedores	(1.845)	(1.066)
Diminuição de salários, férias e encargos sociais (1.282) (385) Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição do outras contas a pagar (3.673) (2.774) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)	Diminuição de depósitos interfinanceiros	(990.021)	(981.478)
Diminuição de tributos a recolher (32.374) (14.693) Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição do outras contas a pagar (3.673) (2.774) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)	Diminuição de operações com cartões de crédito	(566.664)	(436.130)
Aumento de partes relacionadas 25.302 20.278 Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição de outras contas a pagar (3.673) (2.774) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)	Diminuição de salários, férias e encargos sociais	(1.282)	(385)
Aumento de receita diferida 5.544 5.531 Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição de outras contas a pagar (3.673) (2.774) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)		(32.374)	(14.693)
Diminuição de provisões técnicas de seguros (34.140) (32.464) Diminuição de outras contas a pagar (3.673) (2.774) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)			
Diminuição de outras contas a pagar (3.673) (2.774) Diminuição do passivo circulante (1.599.153) (1.443.181) Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)			
Diminuição do passivo circulante(1.599.153)(1.443.181)Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas(11.649)(6.228)Diminuição de provisões técnicas de seguros(27.353)(17.853)Aumento de receita diferida81.14494.204Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos-(72)			
Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (11.649) (6.228) Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)			
Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos (72)	Diminuição do passivo circulante	(1.599.153)	(1.443.181)
Diminuição de provisões técnicas de seguros (27.353) (17.853) Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos (72)	Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(11 649)	(6.228)
Aumento de receita diferida 81.144 94.204 Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos - (72)			
		-	
		42.142	70.051
Efeito no patrimônio líquido	Efeito no patrimônio líquido	<u>-</u>	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e políticas contábeis--Continuação

2.26. Aplicação do IFRS 11 e CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, sobre as participações da Companhia em *joint ventures*--Continuação

Impacto na demonstração do resultado	Consolidado 2012
Diminuição na receita líquida de vendas Diminuição no custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e captações	(598.342)
para operações financeiras	88.793
Diminuição do lucro bruto	(509.549)
Diminuição das despesas com vendas e gerais e administrativas	193.158
Diminuição das perdas com créditos de liquidação duvidosa	315.048
Diminuição na depreciação e amortização	1.089
Aumento no resultado de equivalência patrimonial	18.012
Aumento de outras receitas operacionais, líquidas	448
Diminuição de despesas operacionais	527.755
Diminuição do resultado financeiro	(31.509)
Aumento do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13.303
Efeito líquido na demonstração do resultado	
	Consolidado
Impacto na demonstração do fluxo de caixa	2012
Diminuição na despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no	
resultado	(13.303)
Diminuição na depreciação e amortização	(1.089)
Diminuição na equivalência patrimonial	(18.012)
Diminuição na movimentação da provisão para perdas em ativos	(301.394)
Diminuição na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(14.558)
Aumento na apropriação da receita diferida	1.953
Aumento no fluxo de caixa dos ativos operacionais	510.458
Diminuição no fluxo de caixa dos passivos operacionais	(149.500)
Aumento na variação imposto de renda e contribuição social pagos	13.755
Aumento na variação recebimento de dividendos de controladas Aumento no fluxo de caixa das atividades operacionais	10.172 38.482
Admento no nuxo de caixa das atividades operacionais	36.462
Aumento no fluxo de caixa de aquisição de ativo imobilizado	79
Aumento no fluxo de caixa de aquisição de ativo intangível	25
Diminuição no fluxo de caixa de investimento em controlada	(24.000)
Diminuição no fluxo de caixa de venda de contrato de exclusividade	(15.000)
Diminuição no fluxo de caixa das atividades de investimento	(38.896)
Diminuição no fluxo de caixa total	(414)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e políticas contábeis--Continuação

2.26. Aplicação do IFRS 11 e CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, sobre as participações da Companhia em *joint ventures*--Continuação

	Consolidado
Impacto na demonstração dos valores adicionados	2012
Diminuição na venda de mercadorias, produtos e serviços Diminuição na provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de	(598.343)
reversões	315.048
Diminuição nas outras receitas operacionais	(36.277)
Diminuição de receitas	(319.572)
Diminuição nos custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	88.809
Diminuição nos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	176.555
Diminuição de insumos adquiridos de terceiros	265.364
Aumento da depreciação e amortização	1.089
Aumento do resultado de equivalência patrimonial	18.012
Diminuição das receitas financeiras	(7.918)
Efeito líquido na demonstração dos valores adicionados	(43.025)
Diminuição na remuneração direta	(4.013)
Diminuição de benefícios	(1.226)
Diminuição FGTS	` (179)
Diminuição de pessoal e encargos	(5.418)
Diminuição nos federais	(54.771)
Diminuição nos municipais	(5.284)
Diminuição de impostos, taxas e contribuições	(60.055)
Aumento de juros	23.590
Diminuição de aluguéis	(999)
Diminuição de outras	(143)
Aumento de remuneração de capital de terceiros	22.448
Efoito líquido na demonstração dos valoros adicionados	(42.025)
Efeito líquido na demonstração dos valores adicionados	(43.025)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e políticas contábeis--Continuação

2.27. Novas normas, alterações e interpretações de normas

 a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2013 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia

As alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013; entretanto, não teve impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias e/ou demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 27 (R) (CPC 35 R2 e 36 R3)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28 (R) (CPC 18 R2)	Investimentos em coligada e em controlada	1º de janeiro de 2013
IAS 39 (CPC 38)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 R3)	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 11 (CPC 19 R2)	Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12 (CPC 45)	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13 (CPC 46)	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

b) Pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2014:

 IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e políticas contábeis--Continuação

2.27. Novas normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

b) Pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor--Continuação

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015:

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.

IFRIC 21 - Taxas - fornece orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de uma taxa imposta pelo governo, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.

- O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir descrevemos as principais emendas:
- IAS 16 Imobilizado (CPC 27) esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.
- IAS 32 Instrumentos financeiros Apresentação (CPC 39): adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.
- IAS 36 *Impairment* de ativos (CPC 01): adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e políticas contábeis--Continuação

2.27. Novas normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

- b) Pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor--Continuação
 - IAS 39 Impairment de ativos (CPC 01): adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar hedge accounting se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. Essa alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê nenhum efeito significativo como resultado de sua adoção.

A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto relevante nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

Não há outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora			Consolidado		
	Taxas	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
						(reapresentado)	(reapresentado)
Caixa		33.988	16.973	10.751	33.990	16.977	13.260
Bancos		19.263	86.819	32.820	21.561	88.445	37.593
Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio							
do resultado e mantidos para negociação:							
Certificados de depósitos bancários	De 80,0% a						
	105% CDI	143.309	237.828	106.876	143.309	238.244	113.025
Fundos de investimentos não exclusivos	102,0% CDI	81.446	62.523	533	81.446	75.213	5.404
Total de caixa e equivalentes de caixa	•	278.006	404.143	150.980	280.306	418.879	169.282
•							

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários--Continuação

3.2. Títulos e valores mobiliários

Ativos financeiros registrados ao valor justo por		Controladora			Consolidado		
meio do resultado	Taxas	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
						(reapresentado)	(reapresentado)
Mantidos para negociação							
Fundo de investimento não exclusivo	105% CDI	4.968	4.333	-	19.046	4.333	-
Fundo de investimento exclusivo:							
Cotas de fundo de investimento	(a)	7.842	7.210	-	7.842	7.210	-
Títulos públicos federais	(a)	145.041	2.898	22.476	145.041	2.898	22.476
Operações compromissadas	(a)	185.865	33.339	2.803	185.865	33.339	2.803
Depósitos a prazo e outros títulos	(a)	133.494	78.605	1.597	133.494	78.605	1.597
		472.242	122.052	26.876	472.242	122.052	26.876
Total de títulos e valores mobiliários		477.210	126.385	26.876	491.288	126.385	26.876

⁽a) Refere-se a fundo de investimento exclusivo de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2013, a carteira estava substancialmente distribuída nas quatro categorias descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciados à variação da taxa mensal do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.

4. Contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
					(reapresentado)	(reapresentado)
Contas a receber de clientes:						
Cartões de débito e crédito (a)	196.530	230.151	262.117	197.228	230.151	293.739
Crediário próprio (b)	100.290	81.623	59.824	100.290	81.623	73.492
Contratos de garantia complementar (c)	134.622	84.691	31.434	134.622	84.691	31.434
Total de contas a receber de clientes	431.442	396.465	353.375	432.140	396.465	398.665
Provenientes de acordos comerciais (d)	167.049	155.610	128.265	167.049	155.610	146.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.190)	(38.496)	(24.456)	(43.190)	(38.496)	(24.456)
Ajuste a valor presente	(20.696)	(26.707)	(15.000)	(20.696)	(26.707)	(16.111)
Total de contas a receber	534.605	486.872	442.184	535.303	486.872	504.836
Circulante Não circulante	529.922 4.683	486.474 398	436.326 5.858	530.620 4.683	486.474 398	498.978 5.858

Os montantes classificados como contas a receber acima apresentadas são classificados como recebíveis e, por conseguinte, mensurados pelo custo amortizado. O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 15 dias, na controladora e consolidado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

4. Contas a receber--Continuação

O ajuste a valor presente é calculado nas datas dos balanços para todas as contas a receber de clientes. Para seu cálculo é levado em consideração o prazo de realização do ativo utilizando-se uma taxa de desconto baseada na taxa média de encargos financeiros cobrados dos clientes finais, deduzido de seu risco de inadimplência, conforme comentado na Nota Explicativa nº 2.7.3. Esta taxa é considerada, pela Administração da Companhia, ao realizar avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para estes ativos. As operações de crédito estão registradas a valor presente, calculadas "*pro rata die*" com base na taxa de juros pactuada.

Foram cedidas contas a receber em garantia de empréstimos no montante de R\$118.986 em 31 em dezembro de 2013 (R\$144.802 em 31 de dezembro de 2012), representadas por recebíveis de cartões de crédito.

- (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas através dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das operadoras em montantes prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto.
 - Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía créditos cedidos a instituições financeiras, que montavam R\$1.186.319 (R\$791.361 em dezembro de 2012, sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 105,0% a 108,0% do CDI, apropriado ao resultado na rubrica de "Despesa financeira". A Companhia, através das operações de venda de cartões, transfere para as operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, desreconhece o contas a receber relativo a esses créditos, sendo os respectivos encargos financeiros registrados ao resultado do exercício no momento do desreconhecimento.
- (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela própria Companhia.
- (c) Estas vendas são intermediadas pela Companhia, para a Luizaseg. A Companhia destina à Luizaseg o valor da garantia estendida, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação.
- (d) Refere-se a bonificações de produtos a serem recebidas de fornecedores, decorrentes do atendimento a volume de compras, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

4. Contas a receber--Continuação

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	Contr	oladora	Con	solidado
	2013 2012		2013	2012
				(reapresentado)
Saldo no início do exercício	(38.496)	(24.456)	(38.496)	(24.456)
(+) Adições	(50.256)	(37.125)	(50.256)	(37.125)
(-) Baixas	45.562	23.085	45.562	23.085
Saldo no final do exercício	(43.190)	(38.496)	(43.190)	(38.496)

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

		Controladora	a		Consolidado)
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
					(reapresentado)	(reapresentado)
Valores a vencer:						
Até 30 dias	73.614	54.932	29.895	74.009	54.932	40.812
Entre 31 e 60 dias	43.778	34.545	39.248	43.828	34.545	44.307
Entre 61 e 90 dias	40.930	29.765	48.713	40.965	29.765	53.187
Entre 91 e 180 dias	78.979	107.162	101.132	79.197	107.162	112.839
Entre 181 e 360 dias	158.068	143.024	109.075	158.068	143.024	121.590
Acima de 361 dias	10.135	6.051	8.440	10.135	6.051	8.842
	405.504	375.479	336.503	406.202	375.479	381.577
Valores vencidos:						
Até 30 dias	6.108	6.091	4.573	6.108	6.091	4.789
Entre 31 e 60 dias	4.299	3.839	2.882	4.299	3.839	2.882
Entre 61 e 90 dias	4.117	3.246	2.468	4.117	3.246	2.468
Entre 91 e 180 dias	11.414	7.810	6.949	11.414	7.810	6.949
Entre 181 e 360 dias	-	-	-	-	-	
Acima de 361 dias	-	-	-	-	-	-
	25.938	20.986	16.872	25.938	20.986	17.088
Total	431.442	396.465	353.375	432.140	396.465	398.665

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

4. Contas a receber--Continuação

A composição das contas a receber proveniente de acordos comerciais, por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012	
					(reapresentado)	(reapresentado)	
Valores a vencer:							
Até 30 dias	23.295	26.458	32.270	23.295	26.458	35.281	
Entre 31 e 60 dias	87.251	46.379	55.221	87.251	46.379	63.650	
Entre 61 e 90 dias	31.799	57.681	16.195	31.799	57.681	17.609	
Entre 91 e 180 dias	21.284	16.284	15.637	21.284	16.284	17.276	
Entre 181 e 360 dias	553	188	850	553	188	944	
	164.182	146.990	120.173	164.182	146.990	134.760	
Valores vencidos:							
Até 30 dias	2.446	1.376	2.056	2.446	1.376	3.106	
Entre 31 e 60 dias	289	456	1.145	289	456	1.926	
Entre 61 e 90 dias	26	896	387	26	896	658	
Entre 91 e 180 dias	106	1.010	1.429	106	1.010	2.577	
Entre 181 e 360 dias	-	2.072	1.661	-	2.072	2.297	
Acima de 361 dias	-	2.810	1.414	-	2.810	1.414	
	2.867	8.620	8.092	2.867	8.620	11.978	
Total	167.049	155.610	128.265	167.049	155.610	146.738	

5. Estoques

Mercadorias para revenda Material para consumo Adiantamento a fornecedores Provisões para perdas Total

		Controlado	ra		Consolidad	do
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
1.	260.783	1.079.285	1.101.316	1.264.940	1.079.285	1.274.953
	14.162	9.706	5.171	14.162	9.706	7.891
	-	826	628	-	826	628
	(27.740)	(21.055)	(15.034)	(27.740)	(21.055)	(18.815)
1.	247.205	1.068.762	1.092.081	1.251.362	1.068.762	1.264.657

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

5. Estoques--Continuação

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2013, estoques de mercadorias rotativos dados em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$1.671 (R\$17.163 em 31 de dezembro de 2012).

A movimentação da provisão para perdas e de ajuste ao valor realizável líquido, a qual reduziu o saldo de estoques, está demonstrada a seguir:

_	Contro	ladora	Conso	lidado
	2013	2012	2013	2012
Saldo em inicial	(21.055)	(15.034)	(21.055)	(18.815)
Constituição da provisão	(25.880)	(21.625)	(25.880)	(21.625)
Adição por incorporação	-	(3.781)	-	-
Estoques baixados ou vendidos	19.195	19.385	19.195	19.385
Saldo em final	(27.740)	(21.055)	(27.740)	(21.055)

A provisão para perda nos estoques é estimada com base no histórico de perdas apuradas nos inventários físicos de lojas e centros de distribuição. A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, adicionado do percentual histórico de recuperação de margem junto a fornecedores, frente ao custo de aquisição das mercadorias. A esta análise também é ponderada a relação de itens tidos como obsoletos e ainda a realização de mercadorias encaminhadas à assistência técnica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

6. Partes relacionadas

a) Saldos de partes relacionadas

	Controladora			Consolidado			
Ativo circulante	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012	
					(reapresentado)	(reapresentado)	
Comissões por serviços prestados							
Controladas em conjunto:							
Luizacred (i)	15.329	31.520	30.415	15.329	31.520	39.230	
Luizaseg (ii)	38.450	18.985	10.788	38.450	18.985	10.788	
	53.779	50.505	41.203	53.779	50.505	50.018	
Controladas:							
Luiza Administradora de Consórcios("LAC") (iii)	579	717	498	-	-	-	
Reembolso de despesas e gastos com							
contemplações de consórcios							
Controladas:							
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	994	1.154	169	994	1.154	746	
Lojas Maia (iv)		-	24.498	-	-	-	
(,	994	1.154	24.667	994	1.154	746	
Dividendos a receber:							
Luizacred (i)	13.840	1.130	2.451	13.840	1.130	3.022	
Luizaseg (ii)	2.345	2.573	1.774	2.345	2.573	1.774	
	16.185	3.703	4.225	16.185	3.703	4.796	
Saldo a receber pela venda por cartões de							
crédito e contas a receber por CDC:							
Luizacred (i)	37.937	18.263	39.008	37.937	18.263	41.808	
Mútuos com controlada:							
Lojas Maia (iv)	-	-	20.564	-	-		
Total	109.474	74.342	130.165	108.895	73.625	97.368	
	100.474	77.042	100.100	. 03.000	70.020	37.300	
Títulos e valores mobiliários							
ML Renda Fixa Créd. Privado Fundo de	470.040	100.050	00.070	470 040	100.050	00.070	
Investimento (viii)	472.242	122.052	26.876	472.242	122.052	26.876	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

6. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos de partes relacionadas--Continuação

		Controladora	a		Consolidado	
Passivo circulante	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
					(reapresentado)	(reapresentado)
Repasses de recebimentos de serviços e contas a pagar:						
Controladas em conjunto:						
Luizacred (i)	23.606	23.623	15.656	23.606	23.623	15.689
Luizaseg (ii)	47.668	25.551	16.785	47.668	25.551	16.785
<u>-</u>	71.274	49.174	32.441	71.274	49.174	32.474
Controladas:						
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	826	698	574	826	698	574
Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda.						
(ix)	97	-	-	-	-	-
· ·	923	698	574	826	698	574
Aluguéis a pagar e outros repasses						
Controlada por acionistas controladores da Companhia: MTG Administração, Assessoria e Participações						
S.A. (v)	1.426	1.258	1.103	1.426	1.258	1.103
PJD Agropastoril Ltda. (vii)	34	137	31	34	137	31
1 0D Agropasioni Lida. (VII)	1.460	1.395	1.134	1.460	1.395	1.134
Saldos de campanhas publicitárias a pagar: ETCO - Empresa Técnica de Comunicação Ltda.	1.400	1.555	1.104	1.400	1.000	1.104
(vi)	59	24	11.588	59	24	11.588
-	73.716	51.291	45.737	73.619	51.291	45.770

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(reapresentado)
Receita de comissões por intermediação de serviços				
Controladas em conjunto:				
Luizacred (i)	156.998	136.052	156.998	136.052
Luizaseg (ii)	179.877	120.659	179.877	120.659
	336.875	256.711	336.875	256.711
Controladas:				
Luiza Administradora de Consórcio ("LAC") (iii)	6.907	5.903	-	-
Receita de rendimento fundo exclusivo:				
ML Renda Fixa Créd. Privado Fundo de Investimento (viii)	22.328	10.542	22.328	10.542
Reembolso de despesas compartilhadas				
Controlada em conjunto:				
Luizacred (i)	49.516	36.141	49.516	36.141
Total de receitas	415.626	309.297	408.719	303.394

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

6. Partes relacionadas -- Continuação

a) Saldos de partes relacionadas--Continuação

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	
Custos com aquisição de mercadorias					
Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. (ix)	(847)	-	-	-	
Total de custos	(847)	-	-	-	
	Contr	oladora	Cons	solidado	
	2013	2012	2013	2012	
				(reapresentado)	
Despesas com aluquéis de prédios comerciais Controlada por acionistas controladores da Companhia: MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (v) PJD Agropastoril Ltda. (vii)	(11.679) (384)	(5.362) (417)	(11.679) (384)	(5.362) (417)	
	(12.063)	(5.779)	(12.063)	(5.779)	
Despesas com encargos de antecipação de cartões de crédito: Luizacred (i)	(52.866)	(47.181)	(52.866)	(47.181)	
Despesas com campanhas publicitárias	(02.000)	()	(02.000)	(
Controlada por acionistas controladores da Companhia:					
	(146.009)	(139.007)	(146.009)	(139.007)	
ETCO - Empresa Técnica de Comunicação Ltda. (vi)	(140.009)	(100.007)	(,	(100.007)	

- (i) As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
 - (a) Comissões pela emissão e ativação de cartões de crédito de bandeira própria ("Cartão Luiza") e despesas financeiras com antecipação de recebíveis de tais cartões.
 - (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Companhia no dia subsequente ("D+1").
 - (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, acesso aos sistemas e rede de telecomunicações, além de arquivamento e disponibilidade de espaço físico nos pontos de venda.
 - Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred em D+1.
 - (d) Saldo a receber referente a proposta de dividendos da Luizacred.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

6. Partes relacionadas -- Continuação

a) Saldos de partes relacionadas--Continuação

- (ii) Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias complementares e dividendos propostos. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas.
- (iii) Os valores a receber (ativo circulante) da LAC, controlada integral, referem-se às comissões e às operações de vendas efetuadas pela Companhia como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à LAC referentes às prestações de consórcios recebidas pela Companhia nos caixas dos seus pontos de venda.
- (iv) Estão aqui demonstradas todas as transações referentes às Lojas Maia, controlada integral até o momento de sua incorporação societária, ocorrida em 30 de abril de 2012 e referem-se: (i) ao acordo de reembolso de despesas com propagandas assumidas pela Companhia, baseado em contrato formal entre as partes; e (ii) mútuo realizado entre as partes com vencimento em 30 de abril de 2012 e remuneração de 100% do CDI.
- (v) As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. ("MTG"), controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central.
- (vi) As transações com a ETCO Empresa Técnica de Comunicação Ltda., empresa controlada indiretamente pela vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- (vii) As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluquéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas.
- (viii) As transações com a ML Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento, ML Renda Fixa Crédito Privado FI e Fundo de Investimento FIC Caixa Aporte Imediato 200 RF LP referem-se às operações com o fundo exclusivo de investimento (vide Nota 3.2 Títulos e valores mobiliários).
- (ix) As transações com a Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda., controlada integral, referem-se a venda de produtos para revenda pelo Controladora.

b) Remuneração da Administração

	201	3	2012		
	Conselho de Diretoria Administração Executiva		Conselho de Administração	Diretoria Executiva	
			(reapresentado)	(reapresentado)	
Remuneração fixa - com encargos	336	7.897	319	10.436	
Remuneração variável	-	5.468	-	-	
Plano de opção de ações	236	2.388	186	2.188	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

6. Partes relacionadas -- Continuação

b) Remuneração da Administração--Continuação

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria executiva são os mesmos dos demais funcionários, conforme descrito na Nota Explicativa nº 25. Os valores destes benefícios estão agregados à remuneração fixa da diretoria executiva. A Companhia possui Plano de Opção de Compra de Ações, para colaboradores eleitos em reunião com Conselho de Administração, onde em suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços do Grupo, que está demonstrado detalhadamente na Nota Explicativa nº 19. Vale ressaltar que até o encerramento do exercício de 2013, nenhuma opção de compra de ações havia sido exercida.

Adicionalmente, a Companhia não mantém quaisquer benefícios para pessoas-chave da Administração de suas partes relacionadas.

Os benefícios a empregados da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão divulgados na Nota Explicativa nº25.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixarem e aprovar em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 10 de fevereiro de 2014, a retificação, *ad referendum* da Assembleia Geral, da remuneração global dos administradores aprovada nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 2013, de modo que os respectivos valores passem a ser conciliáveis com aqueles constantes na seção 13 da versão 4 do Formulário de Referência da Companhia do exercício social de 2013, onde é previsto o limite máximo de remuneração global para os administradores de R\$16.986.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

7. Tributos a recuperar

		Controladora			Consolidado		
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012	
					(reapresentado)	(reapresentado)	
ICMS a recuperar (a)	363.218	320.594	20.605	363.218	320.594	37.212	
IRPJ e CSLL a recuperar	8.928	7.849	2.282	8.928	7.849	3.939	
IRRF a recuperar	3.902	10.365	7.123	3.902	10.378	7.135	
PIS e COFINS a recuperar	1.252	7.037	3.921	1.252	7.037	3.921	
Outros	15	10	-	15	10	200	
	377.315	345.855	33.931	377.315	345.868	52.407	
Ativo circulante	218.554	208.490	18.749	218.554	208.503	21.365	
Ativo não circulante	158.761	137.365	15.182	158.761	137.365	31.042	

⁽a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos serão realizados através de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto ao Estado de origem do crédito. Em 1º de junho de 2013, a Companhia aderiu ao regime especial no Estado de São Paulo atribuindo a condição de substituto tributário ao estabelecimento que atua como centro de distribuição. Essa modalidade, praticamente, altera a forma de atuação do regime de recolhimento de substituição tributária do ICMS, na qual a partir do novo regime passamos a recolher o ICMS na saída da mercadoria do estabelecimento.

8. Outros ativos

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
·					(reapresentado)	(reapresentado)
Créditos em precatórios (a)	35.473	32.796	8.838	35.473	32.796	8.838
Despesas antecipadas (b)	8.102	12.006	4.131	8.102	12.006	9.357
Benefício IPI (c)	1.592	5.337	5.493	1.592	5.337	6.044
Adiantamentos com pessoal e outros	12.382	6.593	6.881	12.445	6.593	7.227
Intermediação de serviços a receber	9.593	7.998	4.594	9.593	7.998	4.594
Depósitos em garantia	8.385	4.950	6.944	8.385	4.950	6.944
Créditos com encerramentos de grupo						
de consórcio	-	-	-	2.238	-	-
Outros	8.203	6.393	720	8.539	7.835	8.696
Total	83.730	76.073	37.601	86.367	77.515	51.700
Ativo circulante	39.872	37.130	21.819	40.965	37.950	35.038
Ativo não circulante	43.858	38.943	15.782	45.402	39.565	16.662

⁽a) Referem-se a créditos em precatórios dos Estados do Paraná e São Paulo. A variação do saldo decorre de retorno dos créditos de precatórios anteriormente utilizados, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.

⁽b) Referem-se a despesas pagas antecipadamente, decorrente de contratos de publicidade a serem veiculados, contratos de seguro, impostos, entre outros, que serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos cobertos pelos contratos.

⁽c) Montante a receber de fornecedores decorrente de benefício de IPI, concedido para linha de eletrodomésticos e móveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social

 a) A tabela a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e consolidado vigentes nos respectivos exercícios:

	Controladora		Conso	lidado
	2013	2012	2013	2012
			(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	129.202	(36.673)	131.004	(37.335)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(43.929)	12.469	(44.541)	12.694
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais): Efeito dos prejuízos fiscais não registrados como impostos				
diferidos ativos das controladas Lojas Maia (1) Constituição de impostos diferidos sobre as diferenças	-	-	-	(8.149)
temporárias oriundas das Lojas Maia, após incorporação	-	20.741	-	20.741
Efeito sobre a distribuição de juros sobre capital próprio	4.080	-	4.080	-
Efeito do benefício fiscal referente à inovação tecnológica,				
conforme Lei º 11.195/2005	1.468		1.468	
Exclusão - equivalência patrimonial	19.425	(2.391)	18.518	6.124
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	3.560	(891)	3.277	(820)
Crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social	(15.396)	29.928	(17.198)	30.590
Corrente	(17.023)		(18.456)	(1.416)
Diferido	1.627	29.928	1.258	32.006
Total	(15.396)	29.928	(17.198)	30.590
Taxa efetiva	11,9%	81,6%	13,1%	81,9%

⁽¹⁾ O saldo de reconciliação refere-se ao prejuízo fiscal da F.S.Vasconelos que não pode ser aproveitado para fins fiscais.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação dos impostos diferidos em cada um dos exercícios apresentados, é como segue:

Controladora	Saldo em 01/01/2012	Reconhecido no resultado	Advindo de incorporação	Saldo em 31/12/2012	Reconhecido no resultado	de prejuízo fiscal com parcelamento (2)	Saldo em 31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:	01/01/2012	no resundad	moorporagao	01/12/2012	no resunduo	parociamento (2)	01/12/2010
Prejuízo fiscal e base negativa de							
contribuição social	58.235	17.102	_	75.337	(7.436)	(10.132)	57.769
Diferença temporária por adoção de RTT (1)	13.731	(13.731)	_	-	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	9.512	8.947	_	18.459	(3.774)	-	14.685
Provisão para perda em estoques	5.112	2.047	-	7.159	2.273	-	9.432
Provisão para riscos	28.620	21,229	-	49.849	19.827	-	69.676
Outras provisões	7.123	(5.475)	-	1.648	(1.542)	-	106
·	122.333	30.119	-	152.452	9.348	(10.132)	151.668
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo: Diferença temporária por adoção de RTT (1) e amortização de intangível em						·	
combinação de negócios	_	(191)	(4.503)	(4.694)	(7.721)	_	(12.415)
	122.333	29.928	(4.503)	147.758	1.627	(10.132)	139.253
	122.333	23.320	(4.503)	147.730	1.027	(10.132)	139.233

Compensação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Consolidado	Saldo em 01/01/2012 Reapresentado	Reconhecido no resultado	Advindo de incorporação	Saldo em 31/12/2012 Reapresentado	Reconhecido no resultado	Compensação de prejuízo fiscal com parcelamento (2)	Saldo em 31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social							_
diferidos ativo:							
Prejuízo fiscal e base negativa de							
contribuição social	61.958	13.379	-	75.337	(7.436)	(10.132)	57.769
Diferença temporária por adoção de RTT					, ,	,	
(1)	13.731	(13.731)	-	-	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	9.512	8.947	-	18.459	(3.774)	-	14.685
Provisão para perda em estoques	5.112	2.047	-	7.159	2.273	-	9.432
Provisão para riscos	33.171	17.221	-	50.392	19.458	-	69.850
Outras provisões	3.504	(1.856)	-	1.648	(1.542)	-	106
·	126.988	26.007	-	152.995	8.979	(10.132)	151.842
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo: Diferença temporária por adoção de RTT (1) e amortização de intangível em							
combinação de negócios	(10.693)	5.999	_	(4.694)	(7.721)	_	(12.415)
oomonagae ae nogodioe				, ,		(10 132)	
	116.295	32.006	-	148.301	1.258	(10.132)	139.42

⁽¹⁾ A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT), permitido pela Lei nº 11.941/09 que, a partir da adoção de novas práticas contábeis, cria diferenças temporárias para as bases fiscais.

⁽²⁾ Compensação de prejuízo fiscal, referente à adesão de parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme a Lei nº 12.685/13.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda, alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária do Grupo, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto.

A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Ano de realização		
2014	21.863	21.863
2015	25.263	25.263
2016	28.142	28.142
2017	33.018	33.018
2018 em diante	30.967	31.141
	139.253	139.427

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

10. Investimentos em controladas

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - % 2013
Época Cosméticos	Comércio eletrônicos de perfumes e	
LAC	cosméticos Administradora de consórcios	100% 100%

Durante o exercício de 2013 a Companhia adquiriu 100% da participação acionária na Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. - "Época Cosméticos", conforme descrito em detalhes na Nota Explicativa nº 28.

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Época LAC		Lojas Maia	
	2013	2013	2012	30/04/2012 Data da incorporação
Quotas/ações possuídas Ativos circulantes Ativos não circulantes Passivos circulantes Passivos não circulantes Receita líquida	4.155 5.343 937 4.971 19.035 3.790	6.500 17.080 2.754 4.314 1.944 35.090	6.500 15.569 2.188 3.337 2.148 30.755	5.000 269.761 210.580 311.663 336.331 311.951
Capital social Patrimônio líquido (passivo a descoberto) Lucro líquido(prejuízo)do exercício Movimentação dos investimentos	4.155 (17.726) (635) 2013	6.500 13.576 3.304 2013	6.500 12.272 2.501	47.000 (167.653) (30.177) 30/04/2012
Saldos no início do período Total dos ativos identificados líquidos (Nota 28) Ágio gerado na aquisição (Nota 28) Adiantamento para futuro aumento de capital "AFAC" Acervo contábil líquido incorporado Dividendos propostos Resultado de equivalência patrimonial	(12.364) 36.826 - - - (635)	12.272 - - (2.000) 3.304	9.771	63.106 - 30.000 (62.929) - (30.177)
Saldos no fim do exercício	23.827	13.576	12.272	-

Total de investimentos em controladas

	2013	2012	01/01/2012
Grupo de consórcio ("LAC")	13.576	12.272	9.771
Lojas Maia	-	-	63.106
Época Cosméticos	23.827	-	-
	37.403	12.272	72.877

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

11. Investimentos em controladas em conjunto

Controladora

Controladora		Luizacred (a	1)		uizaseg (b)	
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
Ações totais - em milhares	978	978	847	13.883	13.883	13.883
Percentual de participação direta	50%	50%	40,55%	50%	50%	50%
Ativos circulantes	3.655.436	3.299.478	2.944.752	168.900	124.647	104.350
Ativos não circulantes	384.972	326.972	326.468	132.388	122.432	91.910
Passivos circulantes	3.553.144	3.224.852	2.955.772	195.718	109.885	83.626
Passivos não circulantes	62.262	38.096	12.468	27.076	54.907	35.838
Receitas líquidas	1.479.584	1.334.394	1.057.740	217.790	172.670	137.508
Capital social	274.624	274.624	226.624	13.884	13.884	13.884
Patrimônio líquido	425.002	363.502	302.980	78.494	82.286	76.796
Lucro líquido do exercício	89.182	14.782	45.494	19.748	21.240	14.942
Movimentação dos investimentos	Luiz	zacred		Luiz	aseg	
	2013	2012		2013	2012	_
Saldos no início do exercício	181.751	122.858		41.143	38.398	
Aumento de capital	-	19.465		-	-	
Adição por incorporação de controlada	-	30.532		-	-	
Dividendos propostos	(13.840)	(1.131)		(10.046)	(7.955)	
Outros resultados abrangentes	-	-		(1.725)	81	
Resultado de equivalência patrimonial	44.590	10.027		9.874	10.619	<u> </u>
Saldos no fim do exercício	212.501	181.751	_	39.246	41.143	= :

Total de investimentos em controladas em conjunto

	2013	2012	01/01/2012
Luizacred	212.501	181.751	122.858
Luizaseg	39.246	41.143	38.398
	251.747	222.894	161.256

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

11. Investimentos em controladas em conjunto--Continuação

Consolidado

	Luizacred (a)			Luiza		
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
Ações totais - em milhares Percentual de participação direta	978 50%	978 50%	847 50%	13.883 50%	13.883 50%	13.883 50%
Ativos circulantes Ativos não circulantes Passivos circulantes Passivos não circulantes Receitas líquidas Capital social Patrimônio líquido	3.655.436 384.972 3.553.144 62.262 1.479.584 274.624 425.002	3.299.478 326.972 3.224.852 38.096 1.334.394 274.623 363.502	2.944.752 326.468 2.955.772 12.468 1.057.740 226.624 302.980	168.900 132.388 195.718 27.076 217.790 13.884 78.494	124.647 122.432 109.885 54.907 172.670 13.884 82.286	104.350 91.910 83.626 35.838 137.508
Lucro líquido do exercício	89.182	14.782	45.494	19.748	21.240	14.942
Movimentação dos investimentos	Luiz	acred	_	Luiza	_	
	2013	2012		2013	2012	_
Saldos no início do exercício Aumento de capital Adição por incorporação de controlada	181.751 - -	151.490 24.000		41.143 - -	38.398	
Dividendos propostos Outros resultados abrangentes	(13.840)	(1.132)		(7.700) (1.725)	(7.955) 81	
Resultado de equivalência patrimonial	44.590	7.393		9.874	10.619	
Saldos no fim do exercício	212.501	181.751	 	41.592	41.143	_ _

Total de investimentos em controladas em conjunto

	2013	2012	01/01/2012
Luizacred Luizaseg	212.501 39.246	181.751 41.143	151.490 38.398
	251.747	222.894	189.888

⁽a) Participação direta de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes, sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Companhia.

As participações em joint ventures estão apresentadas na controladora e consolidado pelo método de equivalência patrimonial, utilizando-se os preceitos do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e IFRS 11 - *Joint Arrangements*.

Em 2011 a participação direta era de 40,55%. Indiretamente através da controlada Lojas Maia, a Companhia detinha 9,45% de participação adicionais perfazendo o total de 50% de participação direta e indireta. Em 30/04/2012, após a incorporação das Lojas Maia, a Companhia obteve a participação direta de 50% capital.

⁽b) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes, sobre decisões e atividades de garantias e operacionais relevantes. A Luizaseg é controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. e tem por objeto desenvolvimento, venda e administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil através da rede de lojas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

12. Imobilizado

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é como segue:

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2012	Adições	Adição por incorporação de controlada	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2013
Móveis e utensílios	79.600	352	-	(13.520)	(548)	26.485	92.369
Máquinas e equipamentos	44.991	-	-	(3.272)	(281)	10.354	51.792
Veículos	27.508	4.502	-	(3.949)	(643)	1.284	28.702
Computadores e periféricos	43.372	5.228	-	(17.174)	(713)	6.636	37.349
Benfeitorias	302.399	-	-	(31.483)	(29.995)	44.553	285.474
Obras em andamento	66.935	58.951	-	-	(41.401)	(48.290)	36.195
Outros	8.418	42.366	-	(1.365)	(549)	(41.022)	7.848
	573.223	111.399	-	(70.763)	(74.130)	-	539.729

			Adição por				
	Saldo em 01/01/2012	Adicões	incorporação de controlada	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Móveis e utensílios	58.378	-	7.331	(10.664)	(2.242)	26.797	79.600
Máquinas e equipamentos	29.959	4	4.503	(2.349)	` -	12.874	44.991
Veículos	22.651	783	4.418	(3.054)	-	2.710	27.508
Computadores e periféricos	38.796	-	13.601	(16.041)	-	7.016	43.372
Benfeitorias	205.008	869	51.016	(23.977)	-	69.483	302.399
Obras em andamento	52.563	85.768	-	-	(3)	(71.393)	66.935
Outros	9.940	49.214	956	(3.020)	(1.185)	(47.487)	8.418
	417.295	136.638	81.825	(59.105)	(3.430)	-	573.223

		2013			2012	
		Depreciação			Depreciação	
_	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	149.168	(56.799)	92.369	124.130	(44.530)	79.600
Máquinas e equipamentos	70.023	(18.231)	51.792	60.109	(15.118)	44.991
Veículos	43.545	(14.843)	28.702	39.505	(11.997)	27.508
Computadores e periféricos	127.700	(90.351)	37.349	124.582	(81.210)	43.372
Benfeitorias	453.712	(168.238)	285.474	474.040	(171.641)	302.399
Obras em andamento	36.195	-	36.195	66.935	-	66.935
Outros	15.375	(7.527)	7.848	14.726	(6.308)	8.418
_	895.718	(355.989)	539.729	904.027	(330.804)	573.223

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado

	Saldo em					Saldo em
	31/12/2012	Adições (1)	Depreciação	Baixas	Transferência	31/12/2013
Móveis e utensílios	79.600	352	(13.520)	(548)	26.485	92.369
Máquinas e equipamentos	44.991	-	(3.272)	(281)	10.354	51.792
Veículos	27.508	4.502	(3.949)	(643)	1.284	28.702
Computadores e periféricos	43.372	5.228	(17.174)	(713)	6.636	37.349
Benfeitorias	302.399	-	(31.483)	(29.995)	44.553	285.474
Obras em andamento	66.935	58.951	-	(41.401)	(48.290)	36.195
Outros	9.152	42.513	(1.531)	(549)	(41.022)	8.563
	573.957	111.546	(70.929)	(74.130)	-	540.444

	Saldo em 01/01/2012	Adições (1)	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Móveis e utensílios	72.172	-	(10.664)	(2.242)	20.334	79.600
Máquinas e equipamentos	35.915	4	(2.349)	-	11.421	44.991
Veículos	26.798	783	(3.054)	-	2.981	27.508
Computadores e periféricos	42.284	-	(16.041)	-	17.129	43.372
Benfeitorias	247.898	869	(23.977)	-	77.609	302.399
Obras em andamento	52.563	85.768	-	(3)	(71.393)	66.935
Outros	10.741	63.196	(5.331)	(1.373)	(58.081)	9.152
	488.371	150.620	(61.416)	(3.618)	-	573.957

⁽¹⁾ Os investimentos em modernização e adequação das instalações de lojas foram substancialmente financiados pela Caixa Econômica Federal, conforme pode ser verificado em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 15.

		2013			2012			
		Depreciação			Depreciação			
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido		
Móveis e utensílios	149.168	(56.799)	92.369	124.130	(44.530)	79.600		
Máquinas e equipamentos	70.023	(18.231)	51.792	60.109	(15.118)	44.991		
Veículos	43.545	(14.843)	28.702	39.505	(11.997)	27.508		
Computadores e periféricos	127.700	(90.351)	37.349	124.582	(81.210)	43.372		
Benfeitorias	453.712	(168.238)	285.474	474.040	(171.641)	302.399		
Obras em andamento	36.195	•	36.195	66.935	-	66.935		
Outros	17.177	(8.614)	8.563	16.426	(7.274)	9.152		
	897.520	(357.076)	540.444	905.727	(331.770)	573.957		

No trimestre findo em 30 de junho de 2013, a Companhia concluiu a venda de sua participação de 76,7% no centro de distribuição localizado em Louveira (SP) pelo valor de R\$205.461, sendo que o custo líquido do imóvel e demais custos da transação totalizaram R\$78.907. O ganho total da operação está registrado na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas".

A Companhia continuará utilizando este centro de distribuição, mediante contrato de locação por um período de 10 anos, com características de arrendamento mercantil operacional, renovável por demais períodos, conforme legislação aplicável. Esta transação foi efetivada mediante anuência da Caixa Econômica Federal, cujo contrato de financiamento possuía cláusulas restritivas envolvendo venda de ativos relevantes.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou um montante de R\$2.822, referente aos custos de empréstimos capitalizados para a abertura de novas lojas e aquisição de instalações e de equipamentos. Foi utilizada a taxa média dos empréstimos para efetuar o calculo dos custos de empréstimos passíveis de capitalizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

c) Taxas de depreciação

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.15, o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e o respectivo valor residual anualmente, ao final de cada exercício.

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	2013	2012
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Veículos leves	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias	6,7%	6.7%

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo possuía bens imobilizados totalmente depreciados em operação no montante de R\$140.059 (R\$81.641 em 31 de dezembro de 2012). O Grupo não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

d) Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

Os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a capacidade de recuperação do ativo imobilizado corresponde a cada uma de suas lojas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, para as lojas que apresentam indicadores negativos, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual (por loja) descontado a valor presente e comparado ao valor líquido dos ativos. Com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

13. Intangível

A movimentação registrada durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foi a seguinte:

a) Controladora

_	Saldo em 31/12/2012	Adições	Adição por incorporação de controladora	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2013
Ágio na aquisição de novas							
redes	313.856	-	-	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	69.191	452	-	(18.938)	-	6.473	57.178
Software	34.013	115	-	(11.881)	-	19.660	41.907
Projetos em andamento	17.687	33.837	-	-	(23)	(26.133)	25.368
Marcas e patentes	-	-	-	-	` -	146	146
Outros	302	-	-	(52)	-	(146)	104
_	435.049	34.404	-	(30.871)	(23)	-	438.559
	Saldo em 01/01/2012	Adições	Adição por incorporação de controladora	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Ágio na aquisição de novas							
redes	83.278	-	230.578	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	46.095	-	36.013	(14.996)	-	2.079	69.191
Software	32.837	284	397	(12.124)	-	12.619	34.013
Projetos em andamento	13.301	19.491	-	-	(371)	(14.734)	17.687
Outros	205	-	278	(217)	· -	` 36	302
-	175.716	19.775	267.266	(27.337)	(371)	-	435.049

	2013			2012			
	Amortização			Amortização			
Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido		
		-			-		
325.451	(11.595)	313.856	325.451	(11.595)	313.856		
127.807	(70.629)	57.178	120.882	(51.691)	69.191		
103.120	(61.213)	41.907	86.511	(52.498)	34.013		
25.368	-	25.368	17.687	` -	17.687		
212	(66)	146	-	-	-		
9.595	(9.491)	104	6.642	(6.340)	302		
591.553	(152.994)	438.559	557.173	(122.124)	435.049		
	325.451 127.807 103.120 25.368 212 9.595	Amortização acumulada 325.451 (11.595) 127.807 (70.629) 103.120 (61.213) 25.368 - 212 (66) 9.595 (9.491)	Custo Amortização acumulada Líquido 325.451 (11.595) 313.856 127.807 (70.629) 57.178 103.120 (61.213) 41.907 25.368 - 25.368 212 (66) 146 9.595 (9.491) 104	Custo Amortização acumulada Líquido Custo 325.451 (11.595) 313.856 325.451 127.807 (70.629) 57.178 120.882 103.120 (61.213) 41.907 86.511 25.368 - 25.368 17.687 212 (66) 146 - 9.595 (9.491) 104 6.642	Custo Amortização acumulada Líquido Custo Amortização acumulada 325.451 (11.595) 313.856 325.451 (11.595) 127.807 (70.629) 57.178 120.882 (51.691) 103.120 (61.213) 41.907 86.511 (52.498) 25.368 - 25.368 17.687 - 212 (66) 146 - - 9.595 (9.491) 104 6.642 (6.340)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

13. Intangível--Continuação

b) Consolidado

	Saldo em		Advindo de aquisição de				Saldo em
	31/12/2012	Adições	controlada	Amortização	Baixas	Transferência	31/12/2013
Ágio na aquisição de novas		7.03000		7o.ta.ga.o			01/12/2010
redes	313.857	-	36.826	-	-	-	350.683
Fundo de comércio	69.191	452	1.740	(18.938)	-	6.473	58.918
Software	34.302	295	546	(12.038)	-	19.660	42.765
Projetos em andamento	17.687	33.837	-	-	(23)	(26.133)	25.368
Marca e patentes	-	-	3.387	-	-	146	3.533
Outros	301	-	-	(52)	-	(146)	103
	435.338	34.584	42.499	(31.028)	(23)	-	481.370
			Advindo de				
			aquisição				
	Saldo em	~	de	~			Saldo em
	01/01/2012	Adições	controlada	Amortização	Baixas	Transferência	31/12/2012
Ágio na aquisição de novas							
redes	313.857	-	-	-	-	-	313.857
Fundo de comércio	80.452	-	-	(14.996)	-	3.735	69.191
Software	32.692	284	-	(12.124)	-	13.450	34.302
Projetos em andamento	13.301	19.491	-	-	(371)	(14.734)	17.687
Outros	2.561	4.382	-	(3.911)	(280)	(2.451)	301
	442.863	24.157	-	(31.031)	(651)	-	435.338

O saldo referente ao ágio decorrente da aquisição de novas redes de lojas é proveniente do processo de incorporação das empresas adquiridas pela Companhia. Os valores referentes aos ágios foram amortizados linearmente até o ano de 2007. A partir de 1º de janeiro de 2008, data de transição das demonstrações financeiras às novas práticas contábeis, estes ágios deixaram de ser amortizados contabilmente, uma vez que se referem a ativos intangíveis de vida útil indefinida. Assim, os ágios passaram a ser avaliados quanto a sua recuperação futura com base em projeções de resultados, por loja, preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os demais saldos são classificados como ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados substancialmente por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), que são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete os direitos contratuais sobre o tempo de permanência no imóvel alugado, e também softwares, que são amortizados pelo prazo médio das licenças obtidas.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos. Alguns módulos desse sistema ainda não estão operando e, portanto, estão registrados na rubrica "Projetos em andamento".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

13. Intangível -- Continuação

b) Consolidado--Continuação

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são registradas na rubrica de "Depreciação e amortização", no resultado do exercício. O Grupo não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2013 e 2012, segundo o método descrito na Nota Explicativa nº 2.5.

A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos. As premissas adotadas estão descritas adiante.

Os testes de não recuperação compreendem a apuração dos valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), as quais correspondem ao agrupamento de lojas das redes adquiridas, para os quais o ágio e os intangíveis foram alocados, conforme segue:

	2013	2012
Ágio relativo a aquisicões de redes na região sul	25.327	25.327
Ágio relativo à aquisição das Lojas Maia	230.579	230.579
Ágio relativo à aquisição da New-Utd	57.951	57.951
Ágio relativo à aquisição da Época Cosméticos	36.826	-
Total	350.683	313.857

Para avaliação interna, os testes compreendem a apuração do valor em uso de cada UGC, de acordo com os princípios descritos na Nota Explicativa nº 2.5. O valor em uso é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	Taxa de desconto (a.a.)
Fluxo de caixa descontado	12,0% (1)
Taxa de crescimento médio ponderado nos 10 primeiros anos	7,3%
Perpetuidade	5,3%

(1) Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

13. Intangível -- Continuação

b) Consolidado--Continuação

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis--Continuação

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para as regiões geográficas onde se encontra cada UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos 10 exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa.

A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

14. Fornecedores

	Controladora			Consolidado			
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012	
					(reapresentado)	(reapresentado)	
Mercadorias para revenda - mercado							
interno	1.650.884	1.323.817	1.077.806	1.655.106	1.323.817	1.256.233	
Outros fornecedores	16.853	14.369	26.690	17.227	14.687	26.690	
Ajuste a valor presente	(20.790)	(12.194)	(13.483)	(20.790)	(12.194)	(16.215)	
	1.646.947	1.325.992	1.091.013	1.651.543	1.326.310	1.266.708	

As operações de compra a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias para revenda, são trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros que a Companhia incorre quando de suas captações, destacada na Nota 2.7.3, sendo esta taxa considerada, pela Administração da Companhia, ao realizar avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para seus ativos e passivos.

O ajuste a valor presente de compras é registrado na rubrica "Fornecedores" (tendo como contrapartida a rubrica "Estoques") e sua reversão é lançada na rubrica "Custo das mercadorias vendidas", pela fruição de prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos

			Vencimento		Controladora	a		Consolidad _o	
Modalidade	Encargo	Garantias	final	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
	-							(reapresentado)	(reapresentado)
Investimento (a)	IPCA + 8,91% ao ano	Fiança bancária	-	-	13.579	32.297	-	13.579	32.297
Capital de giro (b)	107,5% a 116% do CDI ao ano	(b)	Dez/19	692.430	801.494	538.594	692.668	801.494	658.646
Arrendamentos Mercantis	CDI//LIBOR	Alienação fiduciária/	Dez/19	18.677	18.032	20.366	18.677	18.032	20.392
Financeiros (c) Debêntures - Oferta restrita (d)	108,8 % a 114,5% do	depósitos em garantia				20.300			20.392
Notas promissórias (e)	CDI 105% do CDI	- -	Mar/16 -	608.935	200.180 202.679	-	608.935	200.180 202.679	-
				1.320.042	1.235.964	591.257	1.320.280	1.235.964	711.335
Passivo circulante Passivo não circulante				424.989 895.053	317.198 918.766	94.979 496.278	425.227 895.053	317.198 918.766	129.671 581.664

⁽a) Os empréstimos contratados junto ao BNDES possuem a natureza de: (i) financiamento para a abertura de novas lojas e (ii) aquisição de instalações e de equipamentos. Este contrato tem vencimento de principal e juros pagos anualmente.

Parte das captações foi contratada em moeda estrangeira, sobre as quais incidem juros pré-fixados e variação cambial. Com o objetivo de proteger suas operações contra riscos de variações na taxa de câmbio, a Companhia contratou operações de "swap", substituindo os encargos contratados por juros pós-fixados referenciados em CDI. Trata-se de uma operação totalmente "casada", que não expõe a Companhia a riscos cambiais ou taxas de juros externas. Maiores detalhes estão divulgados na Nota Explicativa n 27.

⁽b) Estes financiamentos têm como garantia avais e parte dos recebíveis de cartões de crédito, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.

⁽c) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a: (i) aeronave, cujo contrato foi celebrado no exercício de 2005 e possui vencimento final em 2016. Para este contrato foram depositados em garantia R\$1.429 (equivalentes a US\$610 mil), registrados na rubrica de "Outros ativos não circulantes", que será resgatado no vencimento final do contrato. Este depósito, equivalente a 15% do valor total do bem, é atualizado pela variação cambial, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período; (ii) equipamentos de informática e software, cujos contratos possuem vencimentos finais em 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(d) A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, em conformidade com a Instrução CVM nº 476/09, com data de emissão em 26 de dezembro de 2011. Foram emitidas 200 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando o valor de R\$200.000. Estas debêntures têm prazo de vigência de 30 meses após a data de emissão, vencendo-se, portanto, em 26 de junho de 2014. As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e renderão juros remuneratórios correspondentes a 113% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros, os quais serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento feito em 26 de junho de 2012. Para esta operação, a Companhia incorreu em custos de transação no valor de R\$1.722, que serão apropriados ao resultado pelo mesmo prazo de vigência. Considerando os custos da operação, a taxa efetiva de juros (TIR) projetada é de aproximadamente 116,38% do CDI, ao ano. Estas debêntures foram integralizadas no dia 06 de janeiro de 2012, após registro e cumprimento das normas de liquidação da CETIP, pelo seu valor unitário acrescidos da respectiva remuneração *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data da efetiva integralização.

Em 07 de março de 2013, a Companhia realizou a sua segunda emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. Foram emitidas 200 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$200.000. Para efeitos legais, a data de emissão das Debêntures foi dia 22 de março de 2013 em duas séries: (a) 1⁸ série no valor de R\$100.000 terá o prazo vigente de dois anos, não sendo o seu valor unitário atualizado e renderá juros 112,00% da variação acumulada das taxa médias dos DI - Depósitos Interfinanceiros; a 2⁸ série no valor de R\$100.000 terá o prazo de três anos, não sendo o seu valor unitário atualizado e rendendo juros de 114,50% da taxa DI - Depósitos Interfinanceiros.

Em 21 de outubro de 2013, a Companhia realizou a sua terceira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. Foram emitidas 20.000 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$ 200.000. As Debêntures terão prazo vigente de três anos e renderá juros de 108,8% da variação acumulada das taxas médias dos D - Depósito Interfinanceiros.

(e) Em 04 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da sua segunda emissão de notas promissórias, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. Foram emitidas 20 Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$10.000, totalizando R\$200.000. As Notas Promissórias possuíam prazo de vigência de 360 dias após a data de emissão e foram liquidadas neste exercício. As Notas Promissórias não tinham seu valor nominal unitário atualizado e rendiam juros remuneratórios, calculados a partir da data de emissão, correspondentes a 105,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. Os recursos captados foram destinados ao reforço da posição de caixa da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Companhia mantém alguns contratos de capital de giro com cláusulas restritivas ("covenants"). As cláusulas ligadas a índices financeiros referem-se a:

- i. <u>Banco do Brasil:</u> manutenção da relação dívida líquida ajustada/EBITDA não superior a 3 vezes. Por dívida líquida ajustada deve-se entender o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, incluídas as debêntures, excluindo-se as operações de Compror e Vendor, menos caixa e equivalentes de caixa somados aos recebíveis de cartões de crédito.
- ii. <u>Caixa Econômica Federal:</u> manutenção da relação dívida líquida/EBITDA não superior a 3,5 vezes. Adicionalmente, é exigida comprovação da utilização dos recursos disponibilizados através de plano de investimento e relatório de usos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia está adimplente às cláusulas restritivas ("covenants") descritas acima.

16. Receita diferida

		Controladora	a		Consolidado	
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
					(reapresentado)	(reapresentado)
Receita diferida com terceiros:						
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard (a)	171.501	184.000	196.500	171.501	184.000	196.500
Contrato sobre direito de exploração - folha de						
pagamento (b)	5.806	1.531	5.207	5.806	1.531	5.207
Acordo comercial - Cardif (c)	31.359	38.360	-	31.359	38.360	16.802
	208.666	223.891	201.707	208.666	223.891	218.509
Receita diferida com partes relacionadas:						
Contrato de exclusividade com a Luizacred (d)	177.292	188.380	48.000	177.292	188.380	199.579
Total de receitas diferidas	385.958	412.271	249.707	385.958	412.271	418.088
	00.704	07.101	10.017	00 704	07.404	00.000
Passivo circulante	36.734	37.104	19.217	36.734	37.104	29.623
Passivo não circulante	349.224	375.167	230.490	349.224	375.167	388.465

⁽a) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um "Acordo de Associação", firmado junto às instituições financeiras Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") e Banco Itaúcard S.A., através do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos.

Pela referida associação as Instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$250.000, sendo: (i) R\$230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, sujeitos à devolução de parte ou da integralidade do valor, a serem apropriados a resultado no período do contrato, ou seja, 20 anos, a medida do cumprimento das metas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

16. Receita diferida--Continuação

(b) Em 30 de junho de 2008, a Companhia celebrou com instituição financeira contrato de cessão do direito exclusivo de exploração de sua folha de pagamento pelo prazo de cinco anos para a prestação de serviços bancários aos seus empregados. Essa parceria propiciou o ingresso de R\$20.250 no caixa da Companhia. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato.

Em 30 de agosto de 2013, a Companhia celebrou um contrato de cessão do direito exclusivo de exploração pelo prazo de 62 meses a partir de 1º de novembro de 2013. Essa parceria propiciou o ingresso de R\$6.000 no caixa da Companhia. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato.

- (c) Em 21 de junho de 2012, considerando a incorporação societária da controlada Lojas Maia, bem como a intenção de renovação e prorrogação do Acordo Operacional e Comercial para distribuição de serviços diversos de seguros, na rede de distribuição do Magazine Luiza, até 31 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com a Cardif do Brasil um aditivo aos acordos supracitados, propiciando o ingresso de R\$80.000 no caixa da Companhia, sendo destes R\$30.000 destinados à controlada em conjunto Luizacred, tendo em vista a renúncia desta à prioridade na distribuição do seguro de perda e roubo de cartões de crédito. O reconhecimento da receita decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato.
- (d) Em 29 de dezembro de 2010, a controlada Lojas Maia celebrou acordo de associação com a Luizacred, controlada em conjunto, através do qual concedeu exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 19 anos. Por essa associação, a Luizacred pagou em dinheiro o montante de R\$160.000 a Lojas Maia (no consolidado R\$80.000 são eliminados contra intangível da Luizacred), que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$20.000, mencionado no item "(a) ii" acima foi aumentado para R\$55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou um aditamento ao acordo de associação com a controlada em conjunto Luizacred, em virtude do acréscimo nas operações da Companhia, advindo da aquisição da New-Utd. Por este aditamento, a Luizacred pagou em dinheiro o montante de R\$48.000 à Companhia, que serão apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

Em 22 de fevereiro de 2013, a Companhia firmou novo aditivo ao Acordo de Associação, visando transferir as atividades de emissão do cartão de crédito da Luizacred ("Cartão Luiza"), bem como seus ativos e passivos correspondentes, ao Itaú ou a uma afiliada do Itaú ("Transferência"). Após a transferência, o Magazine Luiza continuaria recebendo 50% dos resultados do Cartão Luiza por meio de participação sobre os resultados ("profitsharing"), mantendo sua participação econômica. Tal transferência foi suspensa em novo aditivo firmado em 05 de julho de 2013, tendo em vista novos entendimentos entre as partes a respeito de implementação de nova estrutura alternativa à mantida anteriormente. Este aditivo também mantém seu direito de exclusividade até 2029.

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial. Para os casos em que a opinião dos assessores legais é desfavorável, a Companhia constituiu, em 31 de dezembro de 2013, no passivo não circulante, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração do Grupo. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora

	2012	Adições	Reversão	Baixas	Atualizações	2013
Tributários	151.485	55.346	(17.896)	(14.964)	12.950	186.921
Cíveis	10.098	3.378	-	(3.071)	-	10.405
Trabalhistas	24.444	6.500	-	(1.824)	-	29.120
	186.027	65.224	(17.896)	(19.859)	12.950	226.446

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Controladora -- Continuação

			Adição por				
	01/01/2012	Adições	incorporação	Reversão	Baixas	Atualizações	2012
Tributários	50.424	23.573	81.127	(1.086)	(9.671)	7.118	151.485
Cíveis	8.521	3.601	-	-	(2.024)	-	10.098
Trabalhistas	25.231	2.729	2.873	(5.311)	(1.078)	-	24.444
	84.176	29.903	84.000	(6.397)	(12.773)	7.118	186.027

Consolidado

	2012	Adições	Adição por aquisição controlada	Reversão	Baixas	Atualização	2013
	(reapresentado)						
Tributários	151.485	55.346	16.284	(17.896)	(14.964)	12.950	203.205
Cíveis	11.292	3.778	-	(848)	(3.571)	-	10.651
Trabalhistas	24.776	6.540	2.751	(9)	(2.032)	-	32.026
	187.553	65.664	19.035	(18.753)	(20.567)	12.950	245.882
	01/01/2012	Adições	Reversão	Baixas	Atualização	2012	
	(reapresentado)						
Tributários	123.588	25.180	(1.086)	(3.315)	7.118	151.485	
Cíveis	14.410	4.585	(14)	(7.689)	-	11.292	
Trabalhistas	29.178	2.972	(5.492)	(1.882)	-	24.776	
	167.176	32.737	(6.592)	(12.886)	7.118	187.553	<u> </u>

Em 31 de dezembro de 2013, a natureza das principais causas da controladora, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

a) Processos tributários

i. A Companhia contesta varias autuações fiscais impostas pelas Secretarias de Fazenda de alguns Estados em que atua, as quais alegam diferenças no recolhimento de ICMS, supostos erros em cumprimentos de algumas obrigações acessórias, e alguns procedimentos de compensações de tributos federais junto à Receita Federal do Brasil. Tendo em vista a classificação de riscos feitos pelos seus consultores jurídicos, como de perda provável, a Companhia procedeu à provisão. Tais autuações perfazem o montante de R\$30.447 em 31 de dezembro de 2013 (R\$18.687 em 31 de dezembro de 2012). Deste montante, aproximadamente, R\$1.671 está garantido por estoques rotativos de mercadorias da Companhia.

Neste exercício, a Companhia aderiu ao programa especial de parcelamento de débitos de ICMS inscritos ou não em dívida ativa do Estado de São Paulo (PEP-SP) e também a parcelamento de débitos federais inscritos em Dívida Ativa da União, junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, consoante a Lei 11.941/09. Tais débitos estavam sendo discutidos administrativamente ou judicialmente pelos assessores jurídicos da Companhia.

Os débitos totais incluídos no parcelamento, após análise detalhada da Administração da Companhia sobre o custo de manutenção destes em discussão judicial, montaram R\$73.834, saldo este atualizado monetariamente até a data da adesão, e receberam anistia no valor de R\$33.264, os quais foram integralmente liquidados em parcela única de R\$35.570, sendo esta dividida em R\$14.138 em principal e R\$18.432 em juros e multa. Aproximadamente R\$10.646 estavam registrados como provisão para riscos tributários, uma vez que a probabilidade de êxito destes era analisada como remota.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

- a) Processos tributários -- Continuação
 - ii. A Companhia discute judicialmente via mandado de segurança a inconstitucionalidade de obrigação ao recolhimento da contribuição ao INCRA. Para tanto, a Companhia tem realizado depósitos judiciais e respectiva provisão para riscos tributários em conta vinculada ao processo, que totaliza R\$7.045 em 31 de dezembro de 2013 (R\$5.353 em 31 de dezembro de 2012), com provisão no mesmo montante.
 - iii. A Companhia contesta judicialmente a majoração da alíquota do RAT (Risco Acidente de Trabalho). Para tanto ingressou com ação judicial e passou a depositar judicialmente em conta vinculada no processo os valores referentes à diferença da majoração. A provisão perfaz o valor total de R\$43.750 em 31 de dezembro de 2013 (R\$29.652 em 31 de dezembro de 2012).
 - iv. A Companhia discute administrativamente o índice FAP (Fator Acidentário de Prevenção) que lhe foi imposto pela Resolução MPS/CNPS nº 1.269/06, cuja provisão totaliza R\$33.402 em 31 de dezembro de 2013 (R\$22.123 em 31 de dezembro de 2012).
 - v. Demais ações tributárias avaliadas pela Administração da controladora e seus assessores jurídicos como perda provável somam R\$23.843 em 31 de dezembro de 2013 (R\$31.227 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram provisionados e estão relacionadas a autos de infração por supostas divergências na aplicação de alíquotas de ICMS, bem como a riscos relacionados ao PIS/COFINS referentes a débitos sobre receita de juros, subvenções fiscais recebidas e créditos julgados como passíveis de questionamento junto ao Fisco.
 - vi. A sociedade incorporada Lojas Maia não reconhecia a obrigatoriedade sobre recolhimento de PIS/COFINS sobre a base de cálculo de ICMS, efetuando depósito judicial, e respectiva provisão, no valor total de R\$42.500 em 31 de dezembro de 2013 (R\$36.554 em 31 de dezembro de 2012).
 - vii. Durante o processo de combinação de negócios da sociedade incorporada Lojas Maia, outros riscos fiscais relacionados a ICMS, IRPJ, CSSL e ISS foram identificados pela Companhia e ponderados no contexto de apuração dos respectivos valores justos, tendo sido registrada provisão adicional de R\$5.934 em 31 de dezembro de 2013 (R\$7.889 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

b) Processos cíveis

As contingências cíveis consolidadas no montante de R\$10.651em 31 de dezembro de 2013 (R\$11.292 em 31 de dezembro de 2012) estão relacionadas a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos. Os demais saldos, não relevantes, estão registrados nas empresas controladas pela Companhia.

c) Processos trabalhistas

- i. Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.
 - O valor provisionado de R\$32.026 em 31 de dezembro de 2013 (R\$24.776 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.
- ii. A Companhia contesta ainda o recolhimento de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado, que está sendo depositado judicialmente em sua totalidade, no valor de R\$8.262 em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.383 em 31 de dezembro de 2012).

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas a Companhia possui saldo em depósitos judiciais no montante de R\$170.080 em 31 de dezembro de 2013 (R\$129.348 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às principais causas passivas são como segue:

a) Processos tributários: existem processos tributários em que a Companhia e sua controlada e controladoras em conjunto situam-se como rés. O montante estimado pela Administração e seus assessores legais relacionados a esses processos, os quais se encontram na esfera administrativa ou judicial, é de R\$388.665 em 31 de dezembro de 2013 (R\$339.161 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

a) Processos tributários--Continuação

Descrevemos, a seguir, a natureza dos principais processos passivos avaliados como possíveis:

PIS/COFINS - processos administrativos, cuja discussão tramita junto à Delegacia Regional de Julgamento e CARF, relativos a autos de infração lavrados por eventuais divergências de bases de apuração do imposto, por créditos apurados e compensados, porém não homologados pela Receita Federal, dentre outros de menor importância. O montante envolvido com estas naturezas descritas somam R\$194.483.

ICMS - processos administrativos e judiciais, relativos a autos de infração lavrados por: (i) eventuais divergências de alíquotas de ICMS, (ii) alguns descumprimentos de obrigações acessórias; (iii) por ter adquirido mercadorias de fornecedores, os quais tiverem *a posteriori* suas inscrições declaradas inaptas pelo Fisco; e (iv) discussão acerca da majoração de alíquota pelo Estado de São Paulo, de 17% para 18%, em que o Estado não aceita o ressarcimento da diferença de 1%; dentre outros de menor importância, no valor estimado de R\$63.583.

b) Processos cíveis e trabalhistas

A Companhia contesta processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

18. Tributos parcelados

	Controladora			Consolidado			
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012	
ICMS - Parcelamento Lei nº 17.082 (a)	6.504	6.504	-	6.504	6.504	-	
REFIS IV	1.782	4.407	6.536	1.782	4.407	6.536	
PAES	-	-	716	-	-	716	
	8.286	10.911	7.252	8.286	10.911	7.252	
Passivo circulante	8.286	9.128	2.854	8.286	9.128	2.854	
Passivo não circulante	-	1.783	4.398	-	1.783	4.398	

⁽a) Refere-se a parcelamento de débitos anistiados pela Lei nº 17.082/2012, para os quais foram oferecidos créditos de precatórios para liquidação, nos moldes previstos pela própria lei reguladora, e estão sob análise da Secretaria Estadual do Paraná.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	127.011.533 56.982.934	68,10 30.60
Ações em circulação Ações em tesouraria	2.500.000	1,30
Total	186.494.467	100,00

De acordo com o estatuto social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante a emissão de até 50.000.000 de novas ações ordinárias.

Ações em tesouraria

A Companhia realizou, no último exercício, a recompra de 2.500.000 ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria, com custo médio de R\$8,36.

Plano de opção de compra de ações

1ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de janeiro de 2012, a Companhia deliberou sobre a eleição dos beneficiários da primeira outorga do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 1º de abril de 2011, onde em suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços do Grupo. Na mesma oportunidade foi fixado o preço de exercício das opções a serem outorgadas, no valor de R\$13,60 para o Plano 2 e R\$10,32 o Plano 1. Neste mesmo ato, foram assinados os instrumentos particulares de outorga de opções de compra de ações, aos beneficiários eleitos, sendo outorgado o total de 2.250.000 opções de compra de ações pelo preço de R\$10,32 (Plano 1) e o total de 1.274.732 opções de compra de ações pelo preço de R\$13,60 (Plano 2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

Plano de opção de compra de ações--Continuação

1ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações--Continuação

Ambos os tipos dos planos vigorarão pelo prazo de oito anos a contar da data de outorga do mesmo. As opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia entre a data de outorga e as datas especificadas a seguir. Para o Plano 1, 20% das opções poderiam ser exercidas no ato da outorga e, a partir desta data, adicionais 20% das opções poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do beneficiário à Companhia. Para o Plano 2, 20% das opções podem ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do beneficiário à Companhia. Tais opções quando exercidas serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2013 nenhuma opção de compra de ações desta outorga foi exercida. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de vida média das opções de 5,5 anos, que representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o *turn over* médio dos beneficiários do plano; (b) volatilidade média anualizada considerada para empresas do mesmo setor de 43,5%; (c) taxa de juros livre de risco de 10%. A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$6,63.

2ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

A segunda outorga do Plano de Compra de Opção de Ações foi aprovada em 25 de outubro de 2013. Nesta oportunidade, foram outorgadas 1.213.476 opções e foi fixado o preço de exercício em R\$9,45. Tal plano terá prazo máximo de exercício de 12 anos, a contar da data da assinatura do mesmo, porém deverá ser observado o prazo de carência a seguir: 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 29 de outubro 2014; 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2015; 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2016 e 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2013 nenhuma opção de compra de ações foi exercida. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de vida média das opções de 5,5 anos, que representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o *turn over* médio dos beneficiários do plano; (b) volatilidade média anualizada considerada para empresas do mesmo setor de 37,98%; (c) taxa de juros livre de risco de 5,92%. A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$6,06.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

Plano de opção de compra de ações--Continuação

2ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações--Continuação

De acordo com o CPC 10 (R1) e IFRS 2, os efeitos das transações com pagamento baseado em ações foram registrados no resultado do exercício, considerando o valor justo das opções de compra de ações, resultando em uma despesa no montante de R\$2.820 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012. A tabela a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação, que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 31 de dezembro de todas as opções outorgadas:

	31/12/2013
Quantidade de ações atuais	186.494.467
Saldo de opção de ações em vigor	4.738.208
Percentual máximo possível de diluição	2,54%

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2013 era de 7,54 anos (sete anos em 31 de dezembro de 2012).

O valor justo médio ponderado das ações outorgadas durante exercício era de R\$6,49 em 31 de dezembro de 2013 (R\$6,63 em 31 de dezembro de 2012).

A faixa de preço de exercício para as opções remanescentes ao final de 31 de dezembro de 2013 era de R\$4,67 a R\$13,38 (R\$8,78 a R\$13,05 em 31 de dezembro de 2012).

Reserva legal

O saldo da rubrica "Reserva legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$9.715 (R\$4.025 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 15% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração provisionou o valor de R\$4.219, referente ao dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, conforme facultado em seu Estatuto Social, a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, a serem imputados ao dividendo obrigatório, no montante de R\$12.000:

	2013		
Quantidade de ações atuais	186.494.467	186.494.467	
Ações em tesouraria	(2.500.000)	(2.500.000)	
Quantidade de ações de controladores e em circulações	183.994.467	183.994.467	
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	4.218.837	12.000.000	
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio por ações	0,0229	0,0652	

Reserva de retenção de lucros

Após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição da reserva de retenção de lucros, a qual terá a sua destinação pela Assembleia Geral Ordinária.

Lucro por ação

De acordo com o CPC 41 e o IAS 33 - "Lucro por ação", o cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício (exceto as ações em tesouraria).

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, após ajuste sobre títulos conversíveis, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício (exceto as ações em tesouraria) mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O único instrumento financeiro que a Companhia possui que pode diluir o lucro é plano por compra de ações fornecido aos empregados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

Lucro por ação--Continuação

Considerando que o preço médio de mercado das ações em circulação é inferior ao preço de exercício das opções de compra de ações outorgadas, no período entre as outorgas do plano de opções de ações e 31 de dezembro de 2013, o efeito diluidor do lucro por ação não é afetado:

			31/12/2013	31/12/2012
Lucro (prejuízo) dos Companhia Média ponderada das a Lucro básico e diluído p	3	os proprietários d	113.806 186.239 0,61	(6.745) 186.494 (0,04)

20. Receita líquida de vendas

	Control	Controladora		lidado
	2013	2012	2013	2012
				(reapresentado)
Receita bruta:				
Varejo - revenda de mercadoria	9.261.713	7.733.619	9.265.629	8.114.022
Varejo - prestação de serviços	373.750	294.204	388.324	342.082
Administração de consórcio	-	-	38.463	-
-	9.635.463	8.027.823	9.692.416	8.456.104
Impostos e devoluções:				
Revenda de mercadoria	(1.550.372)	(1.269.143)	(1.550.498)	(1.345.951)
Prestação de serviços	(50.106)	(39.255)	(53.479)	(43.383)
	(1.600.478)	(1.308.398)	(1.603.977)	(1.389.334)
Receita líquida de vendas	8.034.985	6.719.425	8.088.439	7.066.770

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

21. Custo das mercadorias revendidas e dos serviços prestados

	Contro	Controladora		olidado		
	2013	2013 2012		2013 2012 2013		2012
				(reapresentado)		
Custos:						
Das mercadorias revendidas	(5.817.669)	(4.810.471)	(5.820.346)	(5.046.065)		
De prestação de serviços		-	(5.098)	(11.739)		
	(5.817.669)	(4.810.471)	(5.825.444)	(5.057.804)		

22. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado do exercício

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
•	2013	2012	2013	2012
•				(reapresentado)
Despesas com pessoal	(1.003.500)	(938.112)	(1.003.500)	(976.015)
Despesas com prestadores de serviços	(378.998)	(349.177)	(378.998)	(377.990)
Participação nos lucros e resultados	(22.700)		(22.700)	
Outras	(394.827)	(357.854)	(414.125)	(390.584)
Total	(1.800.025)	(1.645.143)	(1.819.323)	(1.744.589)
	Contro	oladora	Conso	lidado
•	2013	2012	2013	2012
				(reapresentado)
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(1.512.685)	(1.344.320)	(1.513.769)	(1.404.099)
Despesas gerais e administrativas	` (385.391 [°])	(330.723)	` (403.722)	` (372.221 [°])
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 23)	` 98.051 [′]	` 29.900 [′]	` 98.168 [′]	` 31.731 [′]
	(1.800.025)	(1.645.143)	(1.819.323)	(1.744.589)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

23. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(reapresentado)
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado (a)	125.424	(833)	125.424	(833)
Apropriação de receita diferida (b)	32.314	39.388	32.314	42.994
Provisão para perdas tributárias (c)	(40.574)	12.910	(40.574)	12.910
Despesas não recorrentes (d)	(19.410)	(23.009)	(19.410)	(25.645)
Outros	297	1.444	414	2.305
Total	98.051	29.900	98.168	31.731

- (a) Em 27 de junho de 2013, a Companhia realizou a venda de 76,7% do centro de distribuição localizado no município de Louveira (SP), registrando o ganho no valor de R\$126.554 conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12. O saldo remanescente no valor de R\$1.130 refere-se à perda com a venda de outros ativos imobilizados.
- (b) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16.
- (c) A Companhia aderiu a parcelamento de débitos fiscais do Estado de São Paulo e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme descrito em detalhes na Nota Explicativa nº 17. Concomitantemente, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, revisaram os processos discutidos judicialmente, quanto a sua probabilidade de êxito ou perda, o que afetou a provisão para riscos tributários.
- (d) Refere-se substancialmente a provisões e baixas contábeis decorrentes do processo de incorporação societária de redes adquiridas.

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(reapresentado)
Receitas financeiras:				
Juros de vendas de garantia estendida	48.766	27.656	48.766	27.656
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	28.402	15.441	7.003	5.985
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos				
recebimentos	3.725	2.285	3.725	2.423
Variação cambial ativa	33	-	33	-
Descontos obtidos	9.285	5.781	9.285	5.795
Outros	586	5.918	586	5.918
	90.797	57.081	69.398	47.777
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	(133.160)	(107.936)	(133.160)	(114.274)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(134.577)	(103.208)	(134.577)	(105.633)
Provisão de juros com garantia estendida	(29.044)	(14.284)	(29.044)	(14.284)
Variação cambial passiva	(439)	(278)	(439)	(278)
Outros	(15.953)	(16.612)	(16.140)	(17.114)
	(313.173)	(242.318)	(313.360)	(251.583)
Resultado financeiro líquido	(222.376)	(185.237)	(243.962)	(203.806)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

25. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem plano de aposentadoria complementar para todos os seus colaboradores. Esta previdência complementar está inserida na modalidade de contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para o Grupo. A contribuição do Grupo corresponde a 0,20% do salário dos colaboradores participantes, podendo ser suspensa a qualquer tempo, a critério do Grupo, desde que com aviso prévio aos participantes. Em 2013 e 2012, respectivamente, as contribuições montaram em R\$537 e R\$648. Os participantes podem fazer contribuições voluntárias, descontadas em folha, não havendo contrapartida da Companhia.

O Grupo provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, além de Plano de Opção de Compra de ações para os colaboradores elegíveis, conforme melhor demonstrado na Nota Explicativa nº 19. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2013 foi de R\$120.665 para a controladora (R\$110.251 em 2012) e R\$121.410 para o consolidado (R\$111.461 em 2012). Adicionalmente, o Grupo não mantém quaisquer benefícios para pessoaschave da Administração de partes relacionadas.

26. Informação por segmento de negócios

O CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pelo diretor-presidente, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Administração de Consórcios. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

<u>Varejo</u> - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia e comercio eletrônico (*e-commerce*);

<u>Operações financeiras</u> - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;

<u>Operações de seguros</u> - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;

Administração de consórcios - por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos pelo Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

26. Informação por segmento de negócios--Continuação

Demonstrações do resultado

		Operações	Operações	Administração
	Varejo*	financeiras	de seguros	Consórcios
Receita bruta	9.661.707	739.792	108.895	38.463
Deduções da receita	(1.600.604)	-	-	(3.373)
Receita líquida do segmento	8.061.103	739.792	108.895	35.090
Custos	(5.820.346)	(77.907)	(10.026)	(12.852)
Lucro bruto	2.240.757	661.885	98.869	22.238
Despesas com vendas	(1.513.769)	(253.421)	(76.166)	-
Despesas gerais e administrativas	(385.851)	(2.161)	(14.710)	(17.871)
Resultado da provisão com créditos de				
liquidação duvidosa	(21.212)	(332.180)	-	-
Depreciação e amortização	(101.652)	(6.551)	(16)	(306)
Equivalência patrimonial	57.768	` <u>-</u>	` -	•
Outras receitas operacionais	98.116	5.797	6	52
Resultado financeiro	(244.794)	-	8.304	832
Imposto de renda e contribuição social	(15.557)	(28.779)	(6.413)	(1.641)
Lucro líquido do exercício	113.806	44.590	9.874	3.304

0040

Conciliação da equivalência patrimonial	
Equivalência patrimonial LAC (Nota 10)	3.304
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 11)	44.590
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 11)	9.874
(=) equivalência patrimonial do segmento de	
varejo	57.768
(-) efeito de eliminação LAC	(3.304)
(=) resultado de equivalência patrimonial	
consolidado	54.464

^(*) saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

26. Informação por segmento de negócios--Continuação

Demonstrações do resultado

	2012			
		Operações	Operações	Operações
	Varejo*	financeiras	de seguros	Consórcios
Receita bruta	8.428.293	667.198	86.335	33.713
Deduções da receita	(1.386.376)	-	-	(2.958)
Receita líquida do segmento	7.041.917	667.198	86.335	30.755
Custos	(5.051.968)	(82.445)	(6.348)	(11.739)
Lucro bruto	1.989.949	584.753	79.987	19.016
Despesas com vendas	(1.404.098)	(251.042)	(57.509)	-
Despesas gerais e administrativas	` (355.518)	` (3.051)	(13.157)	(16.703)
Resultado da provisão com créditos de	,	, ,	,	, ,
liquidação duvidosa	(23.471)	(315.048)	-	-
Depreciação e amortização	(92.156)	(6.621)	(12)	(291)
Equivalência patrimonial	20.512	-	-	-
Outras receitas operacionais	30.989	4.839	257	742
Resultado financeiro	(204.720)	-	7.918	915
Imposto de renda e contribuição social	31.768	(6.438)	(6.865)	(1.178)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(6.745)	7.392	10.619	2.501
Conciliação da equivalência patrimonial				
Equivalência patrimonial LAC (Nota 10)	2.501			
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 11)	10.619			
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 11)	7.392			
(=) equivalência patrimonial do segmento de		-		
varejo	20.512			
(-) efeito de eliminação LAC	(2.501)	_		
(=) resultado de equivalência patrimonial				
consolidado	18.011	•		

^(*) saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Lojas Maia.

Os segmentos Operações financeiras e Operações de seguro são contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

26. Informação por segmento de negócios--Continuação

Balanços patrimoniais

	2013				
	Varejo*	Operações financeiras	Operações de seguros	Operações consórcios	
Ativos	<u>varejo</u>	illialicellas	ue seguios	CONSOLCIOS	
Caixa e equivalentes	278.397	5.453	42	1.909	
Títulos e valores mobiliários	477.210	5.410	119.229	14.078	
Contas a receber	535.303	1.803.071	113.223	14.070	
Estoques de mercadorias para revenda	1.251.362	1.003.071	-	-	
Investimentos	265.324	_	_	_	
Imobilizado e intangível	1.020.778	94.436	3	_	
Outros	879.948	111.834	31.370	3.847	
Canos	4.708.322	2.020.204	150.644	19.834	
Passivos	00.022	2.020.20	100.011	10.001	
Fornecedores	1.651.169	-	1.909	374	
Empréstimos e financiamentos	1.320.280	-	-	-	
Depósitos interfinanceiros	-	1.077.961	_	-	
Operações com cartões de crédito	-	632.854	-	-	
Provisões técnicas de seguros	-	-	81.436	-	
Provisão para contingências	245.481	23.538	94	401	
Receita diferida	385.958	7.500	-	-	
Outras	410.823	65.850	27.959	5,483	
	4.013.711	1.807.703	111.398	6.258	
Patrimônio líquido	694.611	212.501	39.246	13.576	

Conciliação do investimento

Investimentos em controladas	
Investimento LAC (Nota 10)	13.576
Investimentos em controladas em conjunto	
Investimento Luizacred (Nota 11)	212.501
Investimento Luizaseg (Nota 11)	39.246
	251.747
Total dos investimentos	265.323
(-) efeito de eliminação LAC	(13.576)
(=) resultado de investimento consolidado	251.747

⁽ *) saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

26. Informação por segmento de negócios--Continuação

Balanços patrimoniais

	2012					
		Operações	Operações	Operações		
	Varejo*	financeiras	de seguros	consórcios		
<u>Ativos</u>						
Caixa e equivalentes	404.143	4.244	5	14.736		
Títulos e valores mobiliários	126.385	5.024	103.073	-		
Contas a receber	486.872	1.619.378	-	-		
Estoques de mercadorias para revenda	1.068.762	-	-	-		
Investimentos	235.166	-	-	-		
Imobilizado e intangível	1.008.272	100.802	16	1.023		
Outros	773.376	83.777	20.448	1.998		
	4.102.976	1.813.225	123.542	17.757		
Passivos	4 005 000		4.045	0.1.0		
Fornecedores	1.325.992	-	1.845	318		
Empréstimos e financiamentos	1.235.964	-	-	-		
Depósitos interfinanceiros	-	990.021	-	-		
Operações com cartões de crédito	-	566.664	61.493	-		
Provisões técnicas de seguros	186.027	11.548	101	1.526		
Provisão para contingências Receita diferida	412.271	7.500	101	1.320		
Outras contas a pagar	326.730	55.741	18.960	3.641		
Odiras comas a pagar	3.486.984	1.631.474	82.399	5.485		
	0.400.504	1.001.474	02.000	3.403		
Patrimônio líquido	615.992	181.751	41.143	12.272		
Conciliação do investimento						
Investimentos em controladas						
Investimento LAC (Nota 10)	12.272					
Investimentos em controladas em conjunto						
Investimento Luizacred (Nota 11)	181.751					
Investimento Luizaseg (Nota 11)	41.143	_				
	222.894					
Total dos investimentos	235.166	- -				
(-) efeito de eliminação no consolidado	(13.576)	_				
(=) resultado de investimento consolidado	254.093	=				

0010

^(*) saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Lojas Maia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

26. Informação por segmento de negócios--Continuação

Balanços patrimoniais -- Continuação

	01/01/2012				
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Operações consórcios	
Ativos			<u> </u>		
Caixa e equivalentes	158.171	3.817	18	11.111	
Títulos e valores mobiliários	26.876	5.315	86.033	-	
Contas a receber	504.836	1.432.399	-	-	
Estoques de mercadorias para revenda	1.264.657	-	-	-	
Investimentos	199.659	-	-	-	
Imobilizado e intangível	930.254	107.342	4	980	
Outros	461.118	86.737	12.075	1.894	
	3.545.571	1.635.610	98.130	13.985	
<u>Passivos</u>					
Fornecedores	1.266.046	-	1.066	662	
Empréstimos e financiamentos	711.335	-	50.317	-	
Depósitos interfinanceiros	-	981.478	-	-	
Operações com cartões de crédito	-	436.130	-	-	
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	
Provisão para contingências	166.569	6.167	61	607	
Receita diferida	418.088	-	-	-	
Outras	362.588	60.345	8.288	2.945	
	2.924.626	1.484.120	59.732	4.214	
Patrimônio líquido	620.945	151.490	38.398	9.771	

27. Instrumentos financeiros

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de risco de capital -- Continuação

A Companhia utiliza também o índice de dívida líquida/EBITDA, o qual, no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional. Por "dívida líquida" deve-se entender o somatório de todos e quaisquer Empréstimos e Financiamentos do passivo circulante e do não circulante, subtraído de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários do ativo circulante. Por EBITDA deve-se entender lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas e receitas financeiras, e da depreciação e amortização.

A estrutura de capital da Companhia pode ser assim apresentada:

		Controladora			Consolidado)
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
					(reapresentado)	(reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	1.320.042	1.235.964	591.257	1.320.280	1.235.964	711.335
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(278.006)	(404.143)	(150.980)	(280.306)	(418.879)	(169.282)
(-) Títulos e valores mobiliários	(477.210)	(126.385)	(26.876)	(491.288)	(126.385)	(26.876)
Dívida líquida	564.826	705.436	413.401	548.686	690.700	515.177
Patrimônio líquido	694.611	615.992	620.945	694.611	615.992	620.945

^-----

Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora			Consolidado			
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2013	
Ativos financeiros					(reapresentado)	(reapresentado)	
Empréstimos e recebíveis (inclusive caixa e bancos):							
Caixa e bancos	53.251	103.792	43.571	55.551	105.422	50.853	
Depósitos judiciais	170.080	129.348	53.534	170.080	129.348	88.988	
Contas a receber	534.605	486.872	442.184	535.303	486.872	504.836	
Partes relacionadas	109.474	74.342	130.165	108.895	73.625	97.368	
Mantidos para negociação: Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	701.965	426.736	134.285	716.043	439.842	145.305	
Passivos financeiros							
Custo amortizado: Empréstimos e financiamentos Fornecedores Partes relacionadas Tributos parcelados	1.320.042 1.646.947 73.716 8.286	1.235.964 1.325.992 51.291 10.911	591.527 1.091.013 45.737 7.252	1.320.280 1.651.543 73.619 8.286	1.235.964 1.326.310 51.291 10.911	711.335 1.266.708 45.770 7.252	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados estimados ao valor justo são resumidos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa são classificadas dentro no Nível 2 e o valor justo é estimado com base em relatórios de corretoras que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos acima permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A Companhia não tem ativos ou passivos em aberto nos quais o valor justo poderia ser mensurado utilizando-se informações significativas não observáveis (Nível 3) em 31 de dezembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações:

	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a três anos	Total
Fornecedores	1.651.543	-	-	1.651.543
Empréstimos e financiamentos	424.989	786.568	108.485	1.320.042
Partes relacionadas	73.619	-	-	73.619
Outras contas a pagar (ex-cotistas				
Época Cosméticos)	4.000	8.000	-	12.000
Tributos parcelados	8.286	-	-	8.286

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Considerações sobre riscos

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente artigos eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, que em 31 de dezembro de 2013 saldo consolidado era de R\$432.140 (R\$396.465 em 31 de dezembro de 2012). Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas, em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios do Grupo. Para os casos em que a concentração dos valores faturados é maior, o risco é gerenciado através de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$11.652 (R\$11.196 em 31 de dezembro de 2012), os quais estão adicionados à análise do Grupo sobre a necessidade de constituição de provisão para liquidação duvidosa.

Risco de mercado: decorre do desaquecimento do varejo no cenário econômico do país. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas.

Risco de taxas de juros: o Grupo está exposto a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Considerações sobre riscos -- Continuação

Gestão de risco de taxa de câmbio: a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de "swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação "casada" que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de "swap" contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

A Companhia não adota a contabilidade de *hedge* prevista no CPC 38.

O detalhe dos contratos, que impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Valor de referência	Valor justo com ganho (perda)	Indexac	lor Banco	Indexador	Companhia
Banco contratado	(nocional)	do " <i>swap</i> "	Indexador	Juros	Indexador	Juros
		(a)				_
Banco do Brasil	71.127	51.512	US\$	4,79% a.a.	CDI	116,0% a.a.

⁽a) O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se metodologia comumente empregada pelos participantes de mercado, sendo a estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Não houve, nos exercícios apresentados, operações que deixaram de ser qualificadas como operações de proteção patrimonial, bem como não há compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas (cenário provável), utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&FBOVESPA e/ou BACEN. Os efeitos esperados de despesas com juros líquidas das receitas financeiras das aplicações financeiras para a próxima divulgação (31 de dezembro de 2013) são como segue:

	Taxa	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	provável	provável	(+ 25%)	(+ 50%)
Juros a incorrer expostos a: CDI Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos	10,75%	(27.763) (18.324)	(34.704)	(41.645) (27.486)

Conforme mencionado anteriormente, a Administração do Grupo entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de "swap", de modo que o tratamento contábil e financeiro destes empréstimos é denominado em moeda local. Assim, a variação do instrumento financeiro derivativo "swap" e dos empréstimos e financiamentos são compensados.

28. Combinação de negócios

Aquisições em 2013

Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. - "Época Cosméticos"

Em 02 de outubro de 2013, o Grupo assumiu 100% das ações da Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda., uma companhia de capital fechado com sede no Brasil, especializada no comércio eletrônico de perfumes e cosméticos. O contrato de compra e venda foi celebrado no dia 15 de agosto de 2013, conforme fato relevante divulgado.

A Companhia adquiriu a Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. para reforçar a estratégia de expansão e consolidação da operação de e-Commerce em um segmento que tem margens atrativas, cresce expressivamente no Brasil e traz fluxo de clientes para o site, dado o ticket médio mais baixo e a maior taxa de recompra. Além disso, representa uma oportunidade de aumento do número de produtos que podem ser vendidos em outros canais, como o Magazinevocê.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

28. Combinação de negócios--Continuação

Aquisições em 2013--Continuação

Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. - "Época Cosméticos"--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. na data da aquisição é apresentado a seguir:

Ativos	Valor Justo reconhecido na aquisição (provisório)
Circulante Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber Estoques	290 2.239 2.608
Não circulante Intangível	5.137 5.673 5.673
Total do ativo	10.810
Passivo	Valor Justo reconhecido na aquisição (provisório)
Circulante Fornecedores Salários e encargos Tributos a recolher Outras contas a pagar	2.589 362 105 21 3.077
Não circulante Empréstimos Provisões para contingências	1.062 19.035 20.097
Total dos passivos	23.174
Total dos ativos identificáveis líquidos	(12.364)
Ágio na aquisição	36.826
Total da contraprestação	24.462

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

28. Combinação de negócios--Continuação

Aquisições em 2013--Continuação

Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. - "Época Cosméticos"--Continuação

Fluxo de caixa no momento da aquisição

Caixa pago -ex - cotistas Caixa pago - aumento de capital	(13.600) (400) 1.538
Ajuste de preço Fluxo de saída de caixa	(12.462)
Caixa líquido adquirido com a controlada	290
Fluxo de saída de caixa, líquido	(12.172)

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo do intangível é de R\$5.673, sendo R\$3.387 referente a marca, R\$1.740 a fundo de comércio e R\$546 a software. Os intangíveis identificados através de uma avaliação independente foram: (i) Marca no valor de R\$2.987; (ii) Fundo de comércio no valor de R\$1.740.

A Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. efetuou uma provisão para riscos tributários e trabalhista (Nota 17) no valor de R\$19.035, antes da combinação de negócio, cobrindo assim os riscos de desembolso futuro.

O ágio pago de R\$36.826 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e do valor da lista de clientes da adquirida que não pôde ser reconhecida separadamente.

Desde a data da aquisição, a Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. contribuiu para o Grupo com receitas de R\$3.790 e um prejuízo de R\$635. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas do Grupo totalizariam R\$16.997, e o prejuízo do exercício seria de R\$1.277.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

28. Combinação de negócios--Continuação

Aquisições em 2013--Continuação

Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. - "Época Cosméticos"--Continuação

Contrapartida de compra

Caixa (a)	13.600
Aumento de capital (b)	400
Ajuste de preço	(1.538)
Saldos a pagar - outras contas a pagar (a)	12.000
Total	24.462

- (a) Conforme contrato de aquisição, firmado em 15 de agosto de 2013, o preço de compra foi estipulado em R\$25.600, a ser pago em primeira parcela fixa de R\$13.600 na mesma data do "closing", e o saldo remanescente de até R\$12.000, a ser pago em duas parcelas, a saber: (i) a primeira parcela, no valor de R\$4.000, será paga na data do primeiro aniversário da data de fechamento e (ii) a segunda parcela, no valor de até R\$8.000, será paga no segundo aniversário da data de fechamento; sendo que ambas as parcelas estão sujeitas ao cumprimento de determinadas condições previstas no Contrato.
- (b) De acordo com o contrato de aquisição, a Companhia realizou o aumento de capital da Campos Floridos no ato do "closing", para que a mesma fizesse frente à aquisição da marca "Época Cosméticos".

Conforme CPC 15 (R1), a Companhia poderá ajustar o valor do ágio no período de 12 meses a partir da data de 02 de outubro de 2013.

29. Compromissos

Arrendamento mercantil operacional - contratos de aluguel

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de cinco anos, renováveis por mais cinco anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía 744 lojas alugadas. Para estes contratos de aluguel, incluindo os oito centros de distribuição, foram registradas despesas no montante de R\$227.256 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$172.046 em 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

29. Compromissos--Continuação

Arrendamento mercantil operacional - contratos de aluquel -- Continuação

Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados, montam, nos próximos cinco anos:

Ano	Valor		
2014	272.694		
2015	286.803		
2016	301.282		
2017	316.492		
2018	332.470		
Total	1.509.741		

Contratos de arrendamento mercantil financeiro

	Pagamentos mínimos			
	Controladora		Conso	lidado
	2013	2012	2013	2012
Em até um ano	8.032	9.834	8.032	9.834
Entre dois e cinco anos	13.196	10.072	13.196	10.072
Mais de cinco anos	103	250	103	250
•	21.331	20.156	21.331	20.156
Menos: resultado financeiro não incorrido	(2.654)	(2.124)	(2.654)	(2.124)
Valor presente dos pagamentos mínimos	18.677	18.032	18.677	18.032

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia adquiriu uma aeronave, através de contrato de leasing, com vencimento final em 2016, sujeito à variação cambial e remunerado à taxa LIBOR (vide maiores informações na Nota Explicativa nº 15.c). Não foram contratados instrumentos financeiros para proteção contra o risco relacionado às variações das taxas de câmbio pactuadas neste contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

29. Compromissos--Continuação

Contratos de arrendamento mercantil financeiro--Continuação

Os valores dos ativos, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro estão demonstrados a seguir:

Categoria dos ativos	2013	2012
Computadores e periféricos	10.817	9.147
Veículos	12.801	9.684
Software	5.725	8.595
Máquinas e equipamentos	3.839	-
Total	33.182	27.426

Adicionalmente, não houve nos períodos apresentados, pagamentos contingentes reconhecidos como despesas durante os períodos, bem como subarrendamentos mercantis realizados. Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação.

30. Demonstrações dos fluxos de caixa

30.1. Transações que não afetam caixa

A Administração da Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos que compõem essa conta estão representados conforme Nota Explicativa nº 3. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Dividendos propostos por controladas e controladas em conjunto e não recebidos Dividendos declarados e JCP não pagos no exercício Saldo a pagar a terceiros por aquisição de investimento	25.886 16.219	3.702	23.886 16.219	3.702
em controlada	12.000	-	12.000	-
Outros resultados abrangentes	1.725	81	1.725	81

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

30. Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação

30.2. Informações adicionais às demonstrações de fluxo de caixa cujas divulgações são encorajadas pelo CPC 03 (R2) - demonstrações dos fluxos de caixa

	2013			
	Varejo	Operações financeiras	Operações seguros	Administração consórcios
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	(137.807)	2.524	7.738	3.570
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de investimentos	53.478	(184)	(7.701)	(319)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(55.495)	(1.130)	-	(2.000)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(139.824)	1.210	37	1.251
	2012			
	Varejo	Operações financeiras	Operações seguros	Administração consórcios
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	54.040	(20.472)	27	3.958
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos Caixa líquido oriundo das atividades de financiamentos	(256.597) 453.970	(80) 20.979	(22)	(333)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	251.413	427	5	3.625

31. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2012 e 2011, são assim demonstradas:

	2013	2012
Responsabilidade civil e D&O	40.000	500
Riscos diversos - estoques e imobilizado	1.489.041	723.533
Veículos	18.369	12.759
	1.547.410	736.792

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

32. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2014.